



UCAM
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

RIO · NITERÓI · CAMPOS · FRIBURGO

**PROGRAMA DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E
GESTÃO DE CIDADES**

CONCEIÇÃO DE MARIA MENDES MACEDO

**TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA
ENTRESSAFRA**

Campos dos Goytacazes - RJ
Março/2007



UCAM
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES

RIO • NITERÓI • CAMPOS • FRIBURGO

**PROGRAMA DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E
GESTÃO EM CIDADES**

CONCEIÇÃO DE MARIA MENDES MACEDO

**TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA
ENTRESSAFRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos – RJ, para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

Orientadora: Prof. Elzira Lúcia de Oliveira.

Campos dos Goytacazes - RJ
Março/2007

CONCEIÇÃO DE MARIA MENDES MACEDO

**TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA
ENTRESSAFRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos – RJ, para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

Orientadora: Prof^a. Elzira Lúcia de Oliveira.

BANCA EXAMINADORA

APROVADA EM ____ / ____ / 2007

Instituto Universitário Cândido Mendes
Professora Orientadora: Elzira Lúcia de Oliveira.

Instituto Universitário Cândido Mendes
Prof^o (a)

Instituto Universitário Cândido Mendes
Prof^o (a)

Campos dos Goytacazes - RJ
Março/2007

AGRADECIMENTOS

Àqueles que apesar do cansaço após o trabalho árduo, me concederam as entrevistas.

À professora Patrícia Faria pela orientação nos primeiros passos deste trabalho.

À todos que me estimularam nesse percurso, em especial à professora Denise Terra, que muito contribuiu com sugestões bibliográficas.

À todos aqueles que contribuíram para a realização desse trabalho, especialmente minha orientadora, professora Elzira Lúcia de Oliveira, cuja participação foi fundamental para que esse projeto se concretizasse.

Às minhas filhas pelos momentos de compreensão, ao aceitarem minha limitação de tempo e a pouca atenção que pude lhes dedicar nesse período.



Fonte: Jornal Cana- Maio/2005

“Por detrás dos rostos escurecidos pela fuligem da cana queimada, portanto, por detrás do trabalhador abstrato, enxergam-se o homem, a mulher, o negro, a negra, o migrante, o baiano, o mineiro. Neste fim de século, ameaçados (as) pelas máquinas colhedoras de cana, descartados (as) como bagaceira, sentem-se como errantes, em busca do trabalho perdido, de um outro lugar e de um outro tempo.”

(Maria Aparecida de Moraes Silva)

RESUMO

O município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, nos últimos 30 anos passou de uma estrutura de produção sucroalcooleira, que somava dezoito usinas em funcionamento para apenas sete. Essa atividade apresenta particularidades que, somente com o empenho do governo local, pode promover políticas que evitariam um cenário de exclusão e abandono a que estão expostos contingentes de trabalhadores no período da entressafra. O objetivo desse estudo é identificar as alternativas e estratégias de sobrevivência dos trabalhadores da cana-de-açúcar, na entressafra, como também compreender a relação dos trabalhadores com seu trabalho, seus sentimentos e expectativas para o futuro. A população estudada foi amostrada entre os trabalhadores que exercem suas atividades nas usinas COAGRO e Paraíso e que residem na baixada campista. A coleta de dados foi realizada através de entrevista semi-estruturada com quesitos objetivos e subjetivos. Respondendo a principal indagação, foi apontado como primeira alternativa de trabalho a lavoura, onde a maioria dos entrevistados (53,19%) encontra meios de sobreviver na entressafra. O segundo destino para onde se dirigem 19,15% dos trabalhadores é o trabalho doméstico, refúgio exclusivo das mulheres. Observa-se também, que as políticas públicas no município continuam sem contemplar esses trabalhadores, que têm como características o analfabetismo (48% dos entrevistados) e ausência de qualificação profissional. Todos órfãos das políticas públicas municipais.

Palavras Chaves: Produção sucroalcooleira; Cana-de-açúcar; Trabalhadores; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The Campos dos Goytacazes Municipality, in the north of Rio de Janeiro State has been through a structure of sugar alcohol production that accounted for 18 sugar mills, reduced to only 7. This activity represents some particularities that only with local government help it can promote policies that would avoid the exclusion and abandonment scenario that thousands of workmen are exposed to out of the harvest time period. The aim of this study is not only to identify the sugar cane workforce survival alternatives and strategies out of the harvest time but also understand the workmen and their work relationship, feelings and future expectancies. The analysed population has been sampled among the workmen that have their activities in the COAGRO and Paraiso sugar mills and that lives in the campista lowland. The data survey was performed through semi-structured interviews with objective and subjective questions. As an answer to the main question, the first working alternative is agriculture where the majority of the interviewers (53.19%) finds means to survive out of the harvest time. The second destiny is the household (19.15%), exclusive refuge for women. It has been observed that the municipal public policies keep on not offering anything to these people. They have strong characteristics: illiteracy (48%) and lack of any professional qualification. They are all municipal public orphans.

Key Words: Production sucroalcooleira; Sugarcane; Workers; Public Politics.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. TRABALHADORES ADMITIDOS E DESLIGADOS DO TRABALHO NAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (2004-2006).....	28
FIGURA 2. PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NO TOTAL DE OCUPADOS (1995-2005).....	29
FIGURA 3. DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO ESCOLARIDADE POR IDADE.....	41
FIGURA 4. DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS SEGUNDO ESCOLARIDADE POR COR.....	41
FIGURA 5. DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO ESCOLARIDADE POR NÚMERO DE FILHOS.....	42
FIGURA 6. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES SEGUNDO GRUPO DE IDADES POR NÚMERO DE FILHOS.....	43
FIGURA 7. DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR OCUPAÇÃO NA ENTRESSAFRA.....	44
FIGURA 8. DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO TRABALHO NA ENTRESSAFRA POR GRUPOS DE IDADES.....	45
FIGURA 9. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES NA ENTRESSAFRA POR ESCOLARIDADE.....	46
FIGURA 10. DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR TEMPO NA CANA E GRUPOS DE IDADES.....	47
FIGURA 11. DISTRIBUIÇÃO DOS SEGUNDO TEMPO PARA APOSENTADORIA POR IDADE.....	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. OCUPADOS POR SETOR DE ATIVIDADE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ – CENSO E RAIS 2000.....	30
TABELA 2. ÁREAS DESTINADAS À COLHEITA E COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO.....	31
TABELA 3. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO ATRIBUTOS SOCIODEMOGRÁFICOS.....	40
TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR TEMPO NA CANA E OUTRO TRABALHO.....	48
TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPOS DE IDADES PELO DESEJO DE CONSEGUIR OUTRO TRABALHO.....	48
TABELA 6. DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRAU DE SATISFAÇÃO NO TRABALHO.....	49
TABELA 7. DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO PERCEPÇÃO DO TRABALHADOR PARA SUA VIDA E PARA A VIDA DO FILHO.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR.....	14
2 O TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	24
3 ASPECTOS DA OCUPAÇÃO NA CANA-DE-AÇÚCAR: CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	27
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
5 RESULTADOS.....	38
5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO.....	38
5.2 ESTRATÉGIA NA ENTRESSAFRA.....	43
5.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	50
CONCLUSÕES.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXO 1.....	59

INTRODUÇÃO

O município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, nos últimos 30 anos passou de uma estrutura de produção sucroalcooleira que somava dezoito usinas em funcionamento para apenas sete. O impacto socioeconômico decorrente do declínio da atividade no município fica evidente pela mudança na estrutura da ocupação.

Segundo a Associação Fluminense de Plantadores de Cana - ASFLUCAM, nos últimos 30 anos, o total de trabalhadores ocupados na atividade decresceu de aproximadamente 63.000 para 28.000 em época de safra, o que corresponde a um saldo de 35.000 empregos a menos no período. Em que pese a crescente perda de importância da economia sucroalcooleira na estrutura produtiva do município, o setor ainda mantém certa importância na geração de emprego e renda.

Entretanto, a atividade apresenta particularidades que somente com o empenho do governo local pode promover políticas que evitariam um cenário de exclusão e abandono a que estão expostos contingentes dos trabalhadores das atividades sucroalcooleiras no período da entressafra. Os egressos da atividade são pouco qualificados e têm escassas chances de inserção em um mercado de trabalho mais dinâmico e competitivo. Essa categoria de trabalhadores convive em um ambiente de total imobilidade social, assim, nem mesmo os jovens escapam da baixa empregabilidade, uma vez que são vítimas da transmissão intergeracional da pobreza.

Uma alternativa de inserção em época de entressafra, está na área urbana do

município, no setor de serviços pouco intensivos em capital, cuja participação se efetiva por meio da realização de trabalhos precários, mal remunerados e sem a cobertura da legislação trabalhista e previdenciária. Para as mulheres, existe a alternativa do trabalho doméstico na sede do município que na maioria dos casos, se verifica a inexistência de vínculo trabalhista por meio da carteira de trabalho assinada e recolhimento das obrigações sociais previstas em lei.

Outra opção, é buscar alternativas de sobrevivência no mercado de trabalho sazonal da região dos lagos, onde as atividades relacionadas ao turismo e entretenimento oferecem mais opções e permite migração de curta distância ou mesmo pendular. A ausência de alternativas e o desalento com as oportunidades locais podem induzir a uma migração de longa distância e duração em busca de melhores oportunidades nos mercados de trabalho dos grandes centros urbanos.

Vale ressaltar que até a década de 80 as famílias migravam em conjunto, ou seja, o trabalhador tentava consolidar um processo definitivo de mudança. Nos últimos anos, o movimento migratório não conta com as famílias. O trabalhador vai sozinho, deixando a esposa e filhos envolvidos com a cultura da cana, o que foi chamado de migração sazonal e restritiva ao trabalhador (NEVES, 1999).

Além do impacto socioeconômico o processo verificado se traduz em um mecanismo de desagregação familiar, pois, existe a possibilidade de o trabalhador jamais retornar e se formar uma coorte de viúvas da cana.

A sazonalidade conferida nas lavouras de cana-de-açúcar configura uma questão não somente econômica, mas, também, social e política. Tal questão envolve fatores multivariados e requer intervenção dos poderes público e privado no sentido de criar novas alternativas de trabalho, inclusive em melhores condições do que as verificadas nos campos de cana-de-açúcar.

Esta dissertação tem como objeto de estudo os trabalhadores sazonais das usinas de açúcar, residentes na Baixada Campista. Esses trabalhadores e suas respectivas famílias só têm seu sustento garantido no período de safra da cana, que vai de maio a novembro, podendo variar em função do volume da safra. O período de entressafra é caracterizado pela demissão dos trabalhadores em massa, que dessa forma têm que buscar alternativas de trabalho para fazer frente às

dificuldades e prover o seu sustento e de sua família.

O objetivo principal é identificar as alternativas de trabalho na entressafra e compreender a relação dos trabalhadores com seu trabalho, seus sentimentos e expectativas para o futuro, em virtude da instabilidade financeira inerente ao setor em que atuam.

Para a verificação empírica do trabalho, foram realizadas entrevistas estruturadas com 50 trabalhadores residentes em Goytacazes (2º Distrito); Mussurepe (5º Distrito) e Tocos (17º Distrito), que trabalham em duas usinas, também localizadas na baixada campista. O instrumento de coleta foi elaborado de modo a permitir análise quantitativa, mas, também, qualitativa de alguns quesitos investigados.

As duas usinas onde os entrevistados trabalham são Usina Paraíso, em Tocos e a Cooperativa Agroindustrial - COAGRO em Goytacazes. Esta última, anteriormente denominada Usina São José, teve seu funcionamento encerrado em virtude de falência econômica. Entretanto, em 2002, foi reativada pela COAGRO, que é formada por pequenos produtores que contaram com o apoio da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento de Campos - FUNDECAM, no que tange ao financiamento para o arrendamento da Usina. Outras questões metodológicas serão detalhadas em seção própria.

Além desta introdução, no primeiro capítulo foi feita uma revisão da literatura abordando alguns aspectos da economia sucroalcooleira em Campos dos Goytacazes –RJ. O segundo capítulo descreveu o trabalho na cana de açúcar em Campos dos Goytacazes, apontando a região com grandes problemas de escassez de mão de obra no período de colheitas e a dependência do trabalhador na oferta de emprego. O terceiro capítulo apresenta dados sobre a participação do município na plantação da cana-de-açúcar. No quarto capítulo foram descritos os procedimentos metodológicos. Já o quinto capítulo foram analisados os resultados. Finalmente, foram destacadas as principais conclusões do trabalho.

1 O TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR

O trabalho na cana-de-açúcar é uma atividade laboral desenvolvida nas lavouras de cana-de-açúcar e é executada por homens e mulheres, trabalhadores ou pequenos produtores de cana. Os trabalhadores, são, geralmente, denominados “bóias-frias” e podem ser trabalhadores do local, mas também podem ser itinerantes e temporários, que viajam à procura de trabalho nas diversas regiões, que geralmente têm safras desencontradas. Os temporários vêm de várias partes do país e buscam melhores alternativas de trabalho e renda, seguindo, muitas vezes, promessas ilusórias que escondem uma realidade de exploração e dominação, ficando, na maior, parte das vezes na mão de gatos, também chamados de atravessadores ou *turmeiros*, variando de região para região (SILVA, 1999).

Os trabalhadores, inseridos no processo de trabalho do corte da cana-de-açúcar, estão submetidos a outras categorias de trabalhadores, a saber: os feitores, ou empreiteiros/agenciadores de mão-de-obra, responsáveis por sua arregimentação, transporte e fiscalização direta do trabalho da turma, pelo controle da qualidade do trabalho, frequência diária e número de horas que permanecem na lavoura; os frentistas (ou fiscais), que são funcionários da usina (ou destilaria) responsáveis pela fiscalização geral da frente de trabalho - compostas pelas várias turmas; os baseadores (ou entregadores), responsáveis pela medição e pela queima da cana (ALESSI; NAVARRO, 1997, p.118)

Neste contexto, o trabalho nos canaviais é marcado por condições totalmente precárias com uma longa e árdua jornada, os trabalhadores saem para o campo entre as quatro ou cinco horas da manhã e só retornam no final da tarde. Estão, portanto, expostos às intempéries do tempo (sol, chuva, vento, frio, entre outros), além disso, existe o risco eminente de serem mordidos por cobras venenosas ou outros animais peçonhentos.

Existe a obrigatoriedade de o empregador fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPI (botas, luvas, macacão, capuz com viseira, entre outros), entretanto essa determinação nem sempre é observada pelos empregadores. Os riscos diários fazem com que os próprios trabalhadores se preocupem com os EPI's. No entanto, como explicita Alessi e Navarro (1997, p. 116) a respeito da situação em Ribeirão Preto, importante região paulista de produção.

O cuidado com o corpo se manifesta já na forma como o trabalhador se prepara para mais um dia de trabalho. Os "equipamentos de proteção individual" (E.P.I.) são, muitas vezes, improvisados pelos próprios trabalhadores. Dos pés à cabeça se faz necessária a proteção. Para isso vale qualquer coisa: roupas sobrepostas, lenços cobrindo o rosto e na cabeça, sob o chapéu ou boné, saias sobrepostas a calças compridas para as mulheres, camisa de mangas compridas, luvas improvisadas com meias, meias ensacando as pernas das calças, tênis ou botas.

Alessi e Navarro (1997) argumentam que esses equipamentos são inadequados, pois não são adquiridos sob medida para o trabalhador, o que, antes de ser um instrumento de segurança, pode sim, dificultar o desempenho das atividades. Embora o desgaste do equipamento seja cobrado do trabalhador nem sempre existe estoque para reposição em safras consecutivas.

Devido às condições adversas dessa atividade, o desgaste físico é mais acentuado, bem como a perda excessiva de líquido no organismo, pois além da alta temperatura nos canaviais (por falta de ventilação), os trabalhadores ainda são obrigados a usar roupas inadequadas às condições climáticas.

Cana queimada suja muito a gente. A palha da cana corta o braço da gente, corta o rosto. Tem gente que trabalha só com issozinho (olhos) de fora [...] faz muito calor chega o corpo ficar todo molhadinho, né. Molhadinho como coisa que tava chovendo [...] Agora mesmo na limpa de enxada, dentro da cana, faz muito quente, meu Deus! [...] dentro da cana não ventila. A gente fica no abafado dentro da cana. (NEVES, (1999, p.137).

Deve-se ter em mente, que a jornada de trabalho é ainda marcada pelo risco de deterioração do alimento que o trabalhador é obrigado a levar para o trabalho. O empregador, em maior parte, não fornece alimentação nem água potável, assim, o alimento é preparado em casa e acondicionado em marmitas, em virtude das condições de acondicionamento e o grande período de tempo decorrido até a hora do almoço, por vezes se deteriora. Neves, (1999).

O pessoal às vezes passa mal, por causa do sol. Tem que beber muita água, né? A gente leva. Antigamente eles davam, eu mesma já fui

bombeira¹. Agora não tem mais bombeiro não. Cada um leva o seu. A gente tem que levar tudo. Levo a água, levo facão, levo a lima para amolar o facão, levo meu almoço, meu café, se eu tiver um pãozinho, um biscoito, um badanho, uma pelanca-de-velho, qualquer coisa. A gente dá tudo, até a condução. (NEVES, 1999, p.137).

Quanto à energia gasta pelo desempenho da atividade, Alves (2006), compara o cortador de cana a um corredor pela resistência física necessária.

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, num talhão de 200 metros de comprimento, por 8,5 metros de largura, caminha, durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 50 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 183.150 golpes no dia (considerando uma cana em pé, não caída e não enrolada e que tenha uma densidade de 5 a 10 canas a cada 30cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que, a cada 30cm, se abaixar e se torcer para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disto, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isto significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia, mas transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana, com um peso equivalente a 15 Kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros (ALVES, 2006)

O processo de trabalho na lavoura canavieira varia significativamente de região para região no que tange à sua forma de organização, entretanto, na maior parte dos casos o corte é organizado por turmas que pode variar de 30 a 40 pessoas. Em que pese a predominância do trabalho coletivo, prevê-se também atividades individuais ao longo do processo que envolve o trabalho de corte da cana: corte na base da cana, desponte do palmito e amontoamento².

Segundo Alessi e Navarro, (1997, p. 117), cada uma das etapas, dependendo do tipo de cana, exige do trabalhador esforços específicos, por exemplo, o corte na base – retirada da cana das touceiras.

... exige do trabalhador uma seqüência ritmada de movimentos corporais. Em geral, com um dos braços, o trabalhador abraça o maior número possível de colmos de cana. Em seguida, curva-se para a frente e, com o podão seguro por uma de suas mãos, golpeia, com um ou mais movimentos a base dos colmos, o mais próximo possível do solo. Em seguida, faz um movimento de rotação e, ao mesmo tempo, levanta o feixe de cana já cortada, depositando-o em montes atrás de si (denominados "bandeiras"). O espaço entre uma "bandeira" e outra é de 2 metros.

Quando a cana encontra-se deitada ou acamada os colmos devem ser cortados individualmente, o que resulta em maior desgaste e menor produtividade da

¹**Bombeira** : trabalhadora que fazia a distribuição de água no canavial.

²Ver Alessi e Navarro, 1997, disponível em http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1997000600010&script=sci_arttext, acessado em 09-dezembro-2006.

força de trabalho. Como o corte é uma das etapas do processo produtivo da cana, o ritmo deve acompanhar a escala de produção, exigindo que o trabalhador se adapte para imprimir em seu trabalho o ritmo ditado pela usina.

Os movimentos repetitivos e automatizados associados ao trabalho em campo aberto, exposto a todos os caprichos da natureza, diminui a capacidade de atenção dispersa do trabalhador e contribui para a ocorrência de acidentes do trabalho assíncronos com o padrão de morbi-mortalidade dos trabalhadores rurais. Além disso, o uso do corpo como uma ferramenta integrada ao processo de trabalho, acelera o desgaste natural que viria com o ciclo de vida, abrindo caminho para problemas na coluna e constantes dores de cabeça.³

De 2004 a 2005, a Pastoral dos Migrantes registrou 12 mortes, ocorridas em função do desgaste excessivo da força de trabalho. Segundo depoimentos de médicos, a sudorose, provocada pela perda de potássio pode conduzir à parada cardiorespiratória. Outros casos se referem à ocorrência provocada por aneurisma, em função de rompimento de veias cerebrais (SILVA, 2006).

Adicionem-se a todas as condições precárias do trabalho, o excesso de palha da cana que também contribui para a ocorrência de acidentes, como o corte da própria perna ou do pé. Para minimizar este problema, é realizada a queima prévia dos canaviais.

Por outro lado, as queimadas representam um risco adicional, pois, além de incêndios e explosões (quando caminhões e máquinas transitam nos canaviais ainda com resquícios de fogo), as queimadas da cana representam um dano ambiental. Alguns destes danos são: desgaste do solo, poluição do ar e aumento da incidência das doenças respiratórias em virtude da fuligem, que causa tanto incômodo à população (SILVA, 1999).

Acrescente a todas as características citadas anteriormente o fato de que, que em geral, os trabalhadores são transportados até à lavoura por caminhões em estado precário de conservação e manutenção. Atualmente, por força da lei, esses veículos têm toldo na carroceria e bancos fixos, e em algumas regiões o transporte é feito em ônibus, também por imposição legal (SILVA, 1999).

Apesar da melhoria, as condições de segurança ainda não são totalmente garantidas no transporte, pois, é comum encontrar motorista sem habilitação ou

alcoolizado em serviço, o que facilita a ocorrência de acidentes graves que, em grande parte das ocorrências provoca a morte ou a incapacidade destes trabalhadores para o trabalho (ALESSI; NAVARRO, 1997).

O senso de estranhamento pode ser maior na medida em que são transportados em caminhões originalmente destinados para o transporte de matéria-prima ou gado (na carroceria de um caminhão, saindo para o canavial, num lampejo e em tom de deboche, um rapaz tece uma série de analogias, com uma exclamação final lúdica, surpreendente: “Caminhão de boi, boiada, bóia-fria! Eu sou boy!”). Enquanto os “bóias-frias” eram transportados em caminhões antigos e dilapidados, a própria cana-de-açúcar viajava em caminhões novos, com motores potentes (DAWSEY, 1997, P. 205 – 206).

Partindo dessa premissa a, reportagem exibida no Jornal da Globo de 03 de dezembro de 2004 relata:

Hoje, quando o dia amanhece, os trabalhadores chegam em ônibus, não mais em caminhões. Desembarcam no canavial e vestem roupas apropriadas: óculos protetores, luvas, caneleiras. "Antes machucava demais, dava muito corte nas pernas, porque não tinha os equipamentos", conta o lavrador Divino Liberato. (ALVAREZ e CASTRO, para o Jornal da Globo de 03 de dezembro de 2004).

Na realidade, considerando as dimensões do território brasileiro, não existe homogeneidade, convive-se com todos os tipos de situações. Em regiões produtoras mais modernizadas e mais visíveis para a fiscalização do trabalho, é possível que a situação já esteja melhor relativamente a outras regiões. Contudo, na região Nordeste a situação ainda é precária:

Mesmo com tanto apoio governamental, as usinas do Nordeste permanecem com grandes dívidas. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra em Pernambuco, os grandes usineiros têm uma dívida com o Estado de mais de 3,5 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, a região da Zona da Mata pernambucana, onde predomina a monocultura da cana, tem alguns dos piores indicadores sociais e econômicos do mundo, com denúncias de trabalho infantil, assassinatos de trabalhadores rurais, e má gestão de recursos públicos. Esta situação permanece desde o período da colonização, sempre com predomínio do poder dos “senhores de engenho” (MENDONÇA, 2006).

A relação de trabalho predominante é de assalariamento por empreitada, por tarefa ou por produção, (denominações diferentes para a mesma situação), trata-se de uma modalidade salarial mais vantajosa ao capitalista, já que a intensidade do trabalho depende exclusivamente do trabalhador e nunca prejudica o patrão, não são necessários novos investimentos de capital (SILVA, 1999).

O trabalhador da cana, seja ele plantador, colhedor ou carregador, denominado (a) “bóia-fria”, predominantemente, tem como forma de salário a produção, ou seja, quanto mais força for dispendida pelo trabalhador, (às vezes até a exaustão), maior será seu salário. Essa lógica nem sempre é verdadeira, estudos têm mostrado que na proporção que se aumenta a força de trabalho, também aumenta a exigência do capital e as regras são alteradas de acordo com os interesses “atravessados” entre trabalhador e usina (ALESSI e NAVARRO, 1997, p.).

Uma outra consequência desse arranjo perverso de desvalorização da força de trabalho é a exclusão dos direitos à previdência, em virtude do vínculo formal intermitente ou, por conta da informalidade freqüente, (denominada por eles de clandestinidade), e exclusão de outros direitos “garantidos” na legislação a partir principalmente da Constituição de 1988 (NEVES, 1999):

Esta situação se agravará a partir de 1998, com a reformulação das regras para a aposentadoria, que pressupõem a definição do direito pelo número efetivo de contribuições para a previdência. A acumulação dessas contribuições ultrapassa o tempo médio de vida biológica dos cortadores de cana, para não se restringir ao tempo produtivo. Aqueles que alcançarem um contrato de forma temporário poderão, na melhor das hipóteses, acumular de 6 a 7 meses de contribuição por ano. (NEVES, 1999, p.139).

Com isso, à medida de valor das perdas trabalhistas não se limita à questão previdenciária e salarial. Esta pode ser avaliada também pelo que representa de exclusão no consumo de bens básicos, reforçados pela cultura da sociedade de consumo (NEVES, 1999).

Soma-se a isso a crescente pressão pela produtividade que aumenta ano a ano de acordo com o crescimento do mercado e a competitividade internacional.

As condições de trabalho são marcadas pela altíssima intensidade de produtividade exigida. Na década de 1980, a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; em 1990, passa para 8 a 9; em 2000 para 10 e em 2004 para 12 a 15 toneladas (SILVA, 2006).

Embora parte significativa das contratações seja por meio da carteira de trabalho assinada, o número de denúncias que normalmente são veiculadas pelos diversos meios de comunicação³ e por alguns estudos não deixam dúvidas de que coexiste uma situação de desrespeito às leis trabalhistas.

De acordo com Neves (1997), trata-se de um problema antigo, verifica-se que na década de 1940 as principais reivindicações dos trabalhadores da cana eram: carteira assinada ou retificação da data de admissão; férias remuneradas; descanso

³ Ver matérias citadas em Silva (2005, p. 09-10) e Mendonça (2006).

semanal remunerado; horas extras, enfim, toda ordem de desrespeito à legislação vigente. Mas, apesar da prevalência da carteira assinada, observa-se que ainda hoje persistem as mesmas reclamações trabalhistas, acrescida de outras ou talvez multifacetadas, com novas roupagens.

O Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 que determinava que os fazendeiros cumprissem obrigações trabalhistas, mudando drasticamente as relações de trabalho no campo, abriu caminho para a formação de um excedente de mão-de-obra para o campo. Os antigos colonos foram expulsos das fazendas onde trabalhavam e residiam e passaram a ofertar seu trabalho como temporários, aumentando a oferta desta modalidade de trabalho (SORJ, 1986 *apud* MARIA; HESPANHOL, 2003).

Todavia, em que pesem as péssimas condições de trabalho, a atividade é uma importante fonte de emprego para um segmento expressivo da população com pouca ou nenhuma qualificação. Entretanto, como aconteceu com diversas culturas agrícolas, para responder a critérios de produtividade e competitividade, os produtores de cana-de-açúcar já mecanizaram partes do processo de produção, que envolve desde os tratos culturais até a colheita.

Um dos fatores que tem apressado a mecanização da cultura da cana no Estado de São Paulo é a proibição da queima prévia da cana, conforme argumentam Braunbeck e Oliveira, (2006):

Nessas condições de corte sem queima prévia, a mão-de-obra fica sujeita à limitações ergonômicas e econômicas severas, e as vantagens comparativas da colheita manual sobre a mecânica só se mantêm com a redução drástica do pagamento da mão-de-obra. Assim, a mecanização total ou parcial representa, atualmente, a única opção para a colheita da cana que atenda simultaneamente aos requisitos ergonômicos, de viabilidade econômica do setor e, principalmente, das exigências legais e ambientais, uma vez que somente com o corte mecânico é possível a colheita sem queima prévia. Essas condições, somadas à forte pressão mercadológica dos fabricantes de colhedoras, têm promovido crescimento da colheita mecânica, principalmente no Estado de São Paulo.

Os produtores de cana, especialmente os do estado de São Paulo, vêm estudando o aproveitamento do palhiço em aplicações como geração de energia e cobertura vegetal para outras culturas. Esta nova filosofia de aproveitamento total da cultura implica em modificações tanto nos processos manuais quanto mecanizados, no sentido de evitar a perda e contaminação de colmos, demanda altos

investimentos para a colheita e recuperação do palhiço, o que torna economicamente inviável o despalhamento manual (BRAUNBECK; OLIVEIRA, 2006).

Enquanto os trabalhos científicos denunciam as condições precárias de trabalho e a constante pressão da produtividade em função da mecanização das lavouras e a ameaça constante da perda do emprego, uma matéria exibida pelo Jornal da Globo em 03 de dezembro de 2004 em seqüência a uma série de reportagens denominada Engenho Novo, relata um mundo do trabalho se não totalmente, parcialmente oposto ao que é normalmente descrito nos artigos científicos.

A chamada principal da matéria de autoria de Alvarez e Castro, (2004), tem o apelo do futuro dos trabalhadores frente à crescente modernização da cultura “Que futuro terá esta mão-de-obra em um mundo de máquinas colheitadeiras que trabalham dia e noite sem parar?”. Em seguida, relata que as máquinas já fazem 35% do serviço e ocupam o lugar de 250 mil lavradores e a perspectiva do futuro tendo em vista que, até 2021, as colheitadeiras deverão realizar todas as atividades de corte sozinhas.

Os autores da matéria procuram deixar claro que, apesar de todas as condições precárias, existe certa mobilidade social entre os trabalhadores do setor no estado de São Paulo, por meio de alguns relatos como o do lavrador Divino Liberato transcrito da matéria: "*Antes machucava demais, dava muito corte nas pernas, porque não tinha os equipamentos*". Além disso, contam que o transporte dos trabalhadores, na região é feito exclusivamente por ônibus e não mais por caminhões. Nos canaviais mais modernos os empregadores associam o bem-estar do trabalhador ao aumento de produtividade da empresa, existe preocupação com a hidratação (tomam soro fisiológico), ingestão de alimentos energéticos (rapadura) e fazem ginástica para aquecer os músculos antes de iniciar a jornada, que relatam ser de oito horas. Assim, os trabalhadores sempre vestem as roupas apropriadas: óculos protetores, luvas, caneleiras.

A matéria citada ainda enfatiza a idéia de que a pressão sobre produtividade seja um aspecto positivo que permite que os trabalhadores ganhem mais e tenham

alguma mobilidade social.

Apesar da dureza do trabalho, é difícil ver um cortador de cana pensando em mudar de emprego. Hoje, quanto mais eles trabalham, maior é o salário no fim do mês. Em muitas usinas, eles recebem até participação nos lucros. Cortando cana juntos, Itamar e Dinalva de Moura conseguiram melhorar o padrão de vida. A renda deles passa de mil reais por mês. ...Foi com suor que o casal conseguiu comprar a casa da família. "*De onze anos pra cá, pro que eu tinha, hoje eu tenho muito*", diz ele. "Meu sonho é arrumar minha casa e comprar um carrinho, ano que vem (ALVAREZ; CASTRO, 2004 para o Jornal da Globo de 03 de dezembro de 2004).

A instabilidade associada à entressafra é colocada como autonomia e flexibilidade das relações de trabalho: "*A gente ganha mais do que trabalhar na rua, sem ter ninguém pra mandar e pegar no pé. Já acostumei, já acho bom*", diz Dinalva (ALVAREZ; CASTRO, 2004, para o Jornal da Globo de 03 de dezembro de 2004).

Por outro lado, fica nas entrelinhas o caráter precário da ocupação, quando relatam que o filho mais novo do casal Itamar e Dinalva, deseja outro tipo de ocupação:

O menino mais novo, Wagner, não pretende seguir o caminho dos pais. Sonha com os computadores. "Conversar pela internet, saber informações do Brasil, do mundo. O que me atrai é computador mesmo. Saber mexer tudo nele" (ALVAREZ; CASTRO, 2004, para o Jornal da Globo de 03 de dezembro de 2004).

Um fato é concreto, o incremento da mecanização do corte e plantio da cana sinaliza tendência de redução crescente dos postos de trabalho nessa atividade. Embora, em Campos dos Goytacazes, este processo ainda seja incipiente comparado ao estágio mais avançado em que se encontra no Estado de São Paulo, principalmente na região de Ribeirão Preto (SCOPINHO, 1999).

Assim sendo, a incorporação de novas tecnologias no setor canavieiro aprofundou a dinâmica de exploração do trabalho, através de formas precárias de arregimentação, contratação, moradia, alimentação, etc. As colheitadeiras funcionam em áreas planas e contínuas, mas causam maior compactação do solo e prejudicam as mudas que deveriam rebrotar. A mecanização gera superexploração do trabalho porque cria novas exigências como o corte rente ao solo (para maior aproveitamento da concentração de sacarose) e a ponteira da cana bem aparada. Isso aumenta o esforço dos trabalhadores e a jornada de trabalho. Com a mecanização do setor, foi

transferido para os trabalhadores o corte da cana em condições mais difíceis, onde o terreno não é plano, o plantio é mais irregular e a cana é de pior qualidade (negritos do autor) (MENDONÇA, 2006).

2 O TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Em entrevista exploratória realizada pela autora deste trabalho em 2005, o diretor da COAGRO relatou a crença de que no máximo em 15 anos não haverá mais trabalhadores no corte da cana-de-açúcar na região Norte Fluminense. O informante acredita que associado ao fator legal, encontra-se também o desinteresse de novos trabalhadores pela atividade e a redução da oferta de trabalhadores em Campos dos Goytacazes.

O mesmo diagnóstico é apresentado por uma pesquisa desenvolvida pela UFRRJ em 2006, cujos resultados indicam que os produtores campistas já lidam com problemas de escassez de mão-de-obra nos períodos de colheita. Da mesma forma que os produtores do estado de São Paulo, os produtores locais têm que recorrer à mão-de-obra migrante, trabalhadores originários, principalmente dos estados do Maranhão, Alagoas e Minas Gerais.

A probabilidade de mecanização é maior nas lavouras de propriedade das usinas, entretanto, os produtores de menor porte demonstram baixa propensão à mecanização, possivelmente por falta de recursos e linhas de financiamento para este fim.

Contudo, a situação dos trabalhadores em Campos dos Goytacazes também não é diferente da situação denunciada em outras regiões, conforme trabalho realizado sobre a situação dos trabalhadores da usina de Queimados:

De tal modo os trabalhadores são vitimados por doenças e por fadigas não

reconhecidas, que a solução que encontram para prolongar sua capacidade de trabalho é se auto-atribuir o direito ao descanso não-remunerado. Os empregadores avaliam esta estratégia como preguiça ou desinteresse pela assiduidade. Por isso compensam e privilegiam os que são assíduos, inculcando, também entre os trabalhadores, o orgulho por este reconhecimento (NEVES, 1999).

A cooptação do trabalhador por meio da valorização do esforço extremo de trabalho, objetivando a disciplina e o controle, é facilmente percebida nas transcrições de entrevistas citadas por Neves (1999):

– Nunca faltei. Trabalhei em Queimado todos os ano, eles mandavam chamar lá na usina os pessoal pra ver quem tinha mais falha. [...] Quem tirou o 1º lugar foi eu e Braz [...]

– 1º lugar é que nunca faltamo dia de serviço, era com chuva ou com sol. [...] Nunca panhei um acidente na minha vida. Nunca. Nunca fui ao médico. Tomava remédio trabalhando.

Outro ponto levantado por Neves (1999), é a manipulação perversa da relação de dependência do trabalhador à oferta de trabalho que se verifica por meio da imputação ao trabalhador, da culpa pela ocorrência de acidente de trabalho. Colocando como principais determinantes dos acidentes a indisciplina, a distração, as brincadeiras durante o exercício da atividade, entre outros. Nota-se claramente, por meio do discurso de dominação, que a disciplina foi internalizada ao ponto da autopunição da vítima de acidentes. Em momento algum, os trabalhadores ousam levantar outros fatores facilitadores dos acidentes, como equipamentos de segurança inadequados, fadiga física e mental, condições insalubres de trabalho etc.

Setubal (2005) investigou a permanência do trabalho escravo na agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes, por meio de pesquisa documental, referente aos anos de 2003 e 2004. A autora identificou irregularidades na Usina Santa Cruz, EMAC e em outras 22 usinas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, sendo muitas delas em Campos dos Goytacazes. Os relatos do estudo indicam que os trabalhadores migrantes são as vítimas fáceis de regimes análogos à escravidão, traduzindo péssimas condições de alojamento e alimentação.

Nossa primeira ação se deu na estrada Rio-Campos, quando interceptamos um ônibus com a logomarca da usina transportando trabalhadores.

Verificamos que aqueles trabalhadores residiam em Campos e voltavam de um canavial em Quissamã. Alguns deles realizavam refeições contidas em uma marmita plástica, e ao aproximarmos, pelo forte cheiro exalado, era nítido que a comida encontrava-se azeda. (...) Os trabalhadores alegavam que ganhavam R\$ 0,12 por metro de cana cortada, mas que não conseguiam receber o valor justo, pois ficava a critério do apontador a metragem estabelecida por empreitada. Posteriormente apuramos que na maioria dos casos este valor era de até R\$ 0,08/metro. O sistema de transporte é precário, pois o veículo apresenta-se em péssimas condições de conservação (SETUBAL, 2005).

Sobre as condições de alojamento cita-se:

Situavam-se em dois prédios baixos em uma edificação inacabada, e os fiscais constataram que não havia nos alojamentos: “área regulamentar de circulação entre as filas de beliches; (...) não havia armários para os empregados, não havia ventilação suficiente, já que as “janelas” próximas ao teto não são abertas, permitindo apenas a entrada de luz, o que tornava o ambiente extremamente mal cheiroso (sic)” (SETUBAL, 2005).

As condições da produção e consumo da alimentação não são animadoras:

“(...) Muitos queixaram-se do fato de terem que consumir a alimentação destinada ao almoço logo de manhã, pois ela se deteriora rapidamente, e muitas vezes, já chegam aos trabalhadores nessas condições. (...) Não há mesa para acondicionamento das marmitas térmicas, que estão dispostas pelo chão pessimamente limpo. As cozinheiras trabalham sem o mínimo de condições de higiene e proteção a si e aos alimentos. O ambiente de preparo encontrava-se imundo. Um pouco melhor visto que a nossa presença havia sido anunciada previamente pelo representante da empresa que se deslocou rapidamente do primeiro alojamento para este. Mesmo assim houve possibilidade de flagrante. Mais agressivo foi a existência de restos de animais depositados em latões de lixo, exalando mau cheiro e com presença de muitas moscas” (SETUBAL, 2005).

O trabalho ainda relata outras denúncias em usinas do município que sinalizam um triste cenário, em que pesem as fortes tendências modernizadoras e a força da legislação ambiental, o trabalho nas lavouras de cana permanecerá como um problema social. O tema carece de investigação, especialmente em Campos dos Goytacazes e região, que possui raízes históricas na cultura canavieira.

3 ASPECTOS DA OCUPAÇÃO NA CANA-DE-AÇÚCAR: CAMPOS DOS GOYTACAZES

O município de Campos dos Goytacazes com tradição histórica na economia sucroalcooleira da região Norte Fluminense, transitou nas últimas décadas para uma economia baseada no setor terciário. Dentro do setor terciário, destaca-se o subsetor de serviços educacionais, que cresceu para atender à demanda do Parque de exploração de petróleo e gás, instalado a partir da década de 70, no município de Macaé.

Uma vez que as várias leituras desse processo de transição e suas implicações econômicas e sociais são amplamente discutidas na literatura produzida na região em livros, artigos e trabalhos de dissertações e teses⁴ é desnecessário descrever o processo.

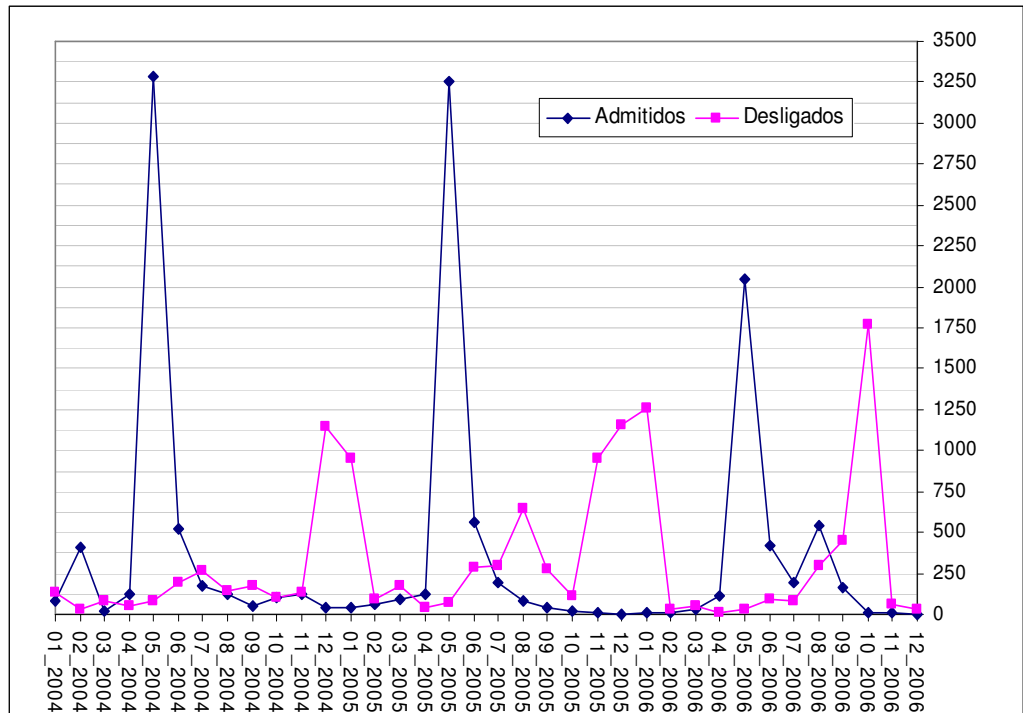
A partir da década de 70 do século XX, segundo Cruz (2004), começa a configurar no mercado de trabalho da região, a sazonalidade característica da agroindústria canavieira. Esta característica começa a ser alvo de preocupação a partir desta época, possivelmente em função de obrigações trabalhistas, como já foi discutido na revisão da literatura do capítulo 2.

Anteriormente, os trabalhadores residiam nas fazendas e eram considerados trabalhadores permanentes e não temporários e expostos ao ciclo da colheita. Mesmo em face do declínio da atividade este ciclo ainda é bem marcado, conforme

⁴ Ver por exemplo Cruz (2005), Piquet (2004), Pessanha e Neto (2004) entre outras obras de igual importância.

se pode observar pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em 2004, 2005 e 2006.

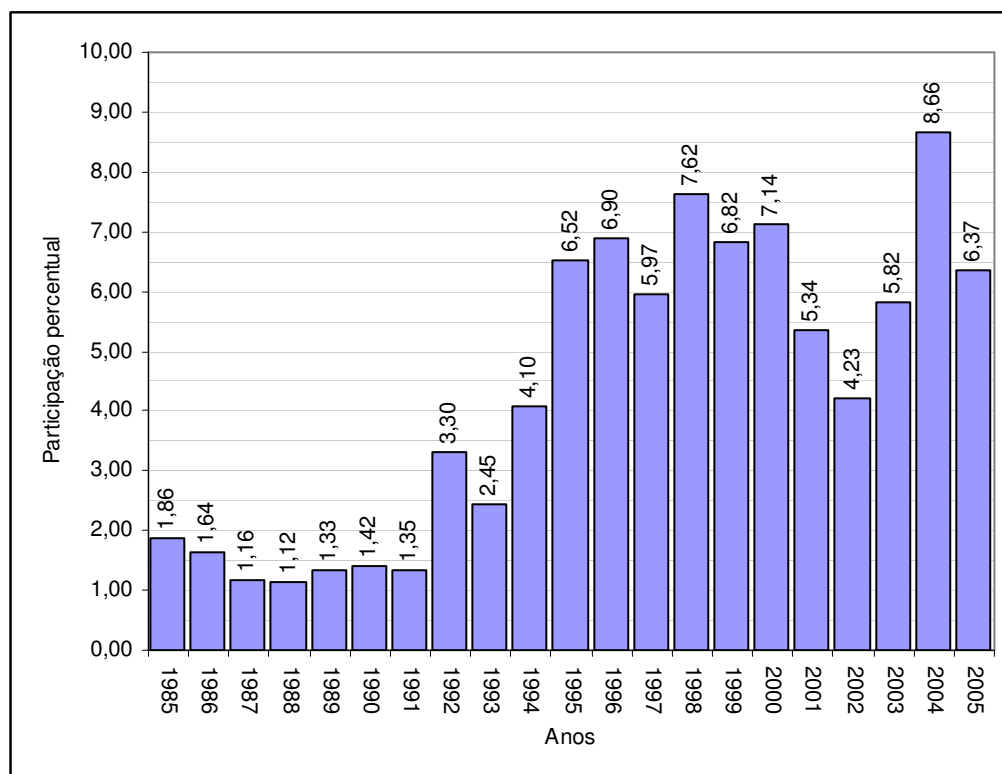
FIGURA 1. Trabalhadores admitidos e desligados do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes (2004-2006)



Fonte: CAGED – 2004 – 2005 – Mte.

Em que pese o declínio da atividade sucroalcooleira na economia do município os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS revelam que ao longo do tempo a participação das atividades agrícolas (da qual a cultura de cana-de-açúcar é a principal atividade) aumenta relativamente ao total de ocupados formais do município. Este dado sugere que a intensificação da fiscalização no setor contribuiu para melhorar a qualidade da inserção daqueles que permaneceram no setor (ver gráfico 2).

FIGURA 2. Participação dos trabalhadores agrícolas no total de ocupados (1995-2005)



Fonte: RAIS – 1995/2005 – Mte.

Somente o aumento da participação percentual dos trabalhadores agrícolas formais não é suficiente para se ter evidências fortes do grau de formalização do setor. Repare na tabela 1 que, embora a participação percentual dos ocupados por setor de atividade em relação ao total de ocupados não apresente diferenças significativas em 2000, comparando os dados do Censo Demográfico e da RAIS, em termos absolutos a situação é preocupante. Todavia, é necessário deixar claro as diferenças entre as duas fontes de dados. Enquanto o censo é uma pesquisa por domicílio, a RAIS é um registro administrativo que se aplica ao estabelecimento. Assim, no caso do Censo, quem informa sobre a situação de ocupação é o indivíduo, e no caso da RAIS, quem informa sobre a ocupação é a empresa.

Dessa forma, se uma pessoa trabalha em empresa sediada em outro município, ele não aparece como ocupado pela RAIS de Campos, entretanto aparece como ocupado pelo Censo. Mesmo com essas ressalvas, o contingente de ocupados em Campos segundo as duas fontes sugere que ainda existe em todos os

setores de atividade do município um alto nível de informalidade. Os ocupados na agricultura, pela RAIS, representam apenas 30,45% dos ocupados do Censo. Mesmo considerando que existem usinas em municípios vizinhos, onde estes trabalhadores pudessem manter vínculo empregatício formal, é pouco provável que seja na proporção apresentada.

TABELA 1. Ocupados por Setor de Atividade em Campos dos Goytacazes – RJ, CENSO E RAIS 2000.

Setores de Atividade	CENSO 2000	Part. %	RAIS 2000	Part. %	RAIS CENSO %
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.	11191	7,44	3.408	7,14	30,45
Pesca	850	0,56	4	0,01	0,47
Indústria extrativa	2251	1,50	164	0,34	7,29
Indústria de transformação	17063	11,34	5.330	11,16	31,24
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	993	0,66	405	0,85	40,79
Construção	13001	8,64	3.233	6,77	24,87
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	29412	19,55	12.189	25,53	41,44
Alojamento e alimentação	7964	5,29	1.266	2,65	15,90
Transporte, armazenagem e comunicação	8089	5,38	3.741	7,84	46,25
Intermediação financeira	1115	0,74	759	1,59	68,07
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7742	5,15	3.104	6,50	40,09
Administração pública, defesa e seguridade social	7421	4,93	5.825	12,20	78,49
Educação	13457	8,94	1.965	4,12	14,60
Saúde e serviços sociais	6706	4,46	3.850	8,06	57,41
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	6653	4,42	2.484	5,20	37,34
Serviços domésticos	13826	9,19			
Atividades mal especificadas	2738	1,82	14	0,03	0,51
Total	150472	100,00	47.741	100,00	31,73

Fonte: RAIS – 1995/2005 – Mte - Censo Demográfico de 2000 - IBGE

Uma variável que deveria pesar sobre o fluxo de emprego no setor, é a área colhida de cana, assim, o nível de emprego seria afetado pelos mesmos determinantes da safra, ou seja, variáveis econômicas e climáticas, principalmente. Entretanto, como o trabalhador é remunerado proporcionalmente à quantidade de cana colhida, mais importante do que a área colhida é a relação quantidade produzida por hectare, que produz maior impacto sobre o fluxo de emprego e o nível de remuneração. Dessa forma, de nada adianta Campos dos Goytacazes ter sido o

município brasileiro com maior área destinada à colheita em 20055, se apresentou um dos piores indicadores de produtividade, dado pela relação Quantidade produzida (T) sobre a área total destinada à colheita (ha).

Entre os 10 municípios que se situaram nas primeiras posições no ranking de área colhida, Campos dos Goytacazes foi o que apresentou o pior coeficiente de rendimento, se posicionando entre todos os municípios brasileiros produtores de cana no número 1767. Quando se compara a quantidade produzida, Campos dos Goytacazes só perde para Morro Agudo em São Paulo, que lidera o ranking, no entanto, está em sétimo lugar quando se trata do valor da produção (Ver tabela 2).

TABELA 2. Áreas destinadas à colheita e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção.

Município	Produção		Área (ha)		a/c.	Ranking			
	Quantidade (T) (a)	Valor da produção (R\$ 1000) (b)	plantada	Colhida (c)	Produtividade (d)	(d)	(c)	(a)	(b)
Campos dos Goytacazes - RJ	4279860	89877	95108	95108	45,00	1767	1	2	7
Morro Agudo - SP	7835267	223305	86602	86602	90,47	117	2	1	1
Coruripe - AL	2690040	95604	44834	44834	60,00	938	3	14	5
Piracicaba - SP	3319401	112860	40590	40590	81,78	295	4	4	2
Jaboticabal - SP	3734325	104561	40589	40589	92,00	108	5	3	3
Valparaíso - SP	2885904	82248	40082	40082	72,00	642	6	7	10
Jaú - SP	3236408	80910	39574	39574	81,78	294	7	5	11
Barra do Bugres - MT	2508593	62715	37077	37077	67,66	825	8	16	27
Batatais - SP	3174143	93637	36530	36530	86,89	209	9	6	6
Lençóis Paulista - SP	2819483	97272	35820	35820	78,71	517	10	8	4

Estados	Produção		Área (ha)		a/c.	Ranking			
	Quantidade (T) (a)	Valor da produção (R\$ 1000) (b)	plantada	Colhida (c)	Produtividade (d)	(d)	(c)	(a)	(b)
São Paulo	254809756	7456140	3084752	3084752	82,60	1	1	1	1
Alagoas	23723803	829128	406788	406788	58,32	17	2	4	3
Paraná	29717100	832749	404520	404520	73,46	3	3	2	2
Pernambuco	17115218	691083	368188	367022	46,63	21	4	5	5
Minas Gerais	25386038	768326	349112	349104	72,72	4	5	3	4
Mato Grosso	12595990	339249	205961	205961	61,16	13	6	7	7
Goiás	15642125	537195	200048	196596	79,56	2	7	6	6
Rio de Janeiro	7554495	178215	168279	168279	44,89	22	8	9	11
Mato Grosso do Sul	9513818	302607	136803	136803	69,54	6	9	8	8
Paraíba	4975797	190146	105403	105403	47,21	20	10	11	10

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2005.

⁵ O simples fato de o município apresentar extensão territorial maior já influencia o indicador e não é garantia de geração de mais emprego no setor.

O fato do município de Campos dos Goytacazes ter apresentado, em 2005, a maior área individual destinada à colheita, o mesmo está relacionado ao tamanho do município e à predominância da monocultura canavieira. Haja vista que o estado do Rio de Janeiro ocupa o oitavo lugar em área destinada à colheita, em relação a economia sucroalcooleira nacional.

Verifica-se que este setor gerou, durante a safra de 2006, 3.553 contratações formais, entretanto, no mesmo período foram registrados 4.169 desligamentos, segundo dados do CAGED de 2006, resultando em 2006 em um saldo negativo de 616 empregos.

Assim, espera-se que o município com base na folga orçamentária em virtude da economia do petróleo e com a descentralização administrativa, a partir da constituição de 1988, exerça o poder que é concedido à administração pública local, para promover políticas compensatórias aos efeitos negativos da flutuação da economia sucroalcooleira.

Santos (2002) ressalta que a Constituição Federal de 1988, ampliou a autonomia dos municípios brasileiros, conquistando-se assim, mais autonomia política e financeira. Portanto, como autonomia política entende-se a capacidade de autogoverno, por meio de eleições diretas para representantes do executivo e legislativo. Assim, o poder local pode atender aos interesses locais, mesmo que venha contrariar interesses de outras esferas de governo.

Ademais têm autonomia para elaborarem, aprovarem e executarem seu orçamento aumentado pelas receitas de transferências da esfera estadual e federal para os municípios. Neste prisma, a conquista de maior autonomia financeira fornece os instrumentos legais para implementação de projetos de interesse da população (SANTOS, 2002).

Os novos papéis que os municípios vêm assumindo, tornam-se grandes desafios no atendimento das urgências sociais, deixando as intervenções limitadas e pontuais para o passado (DOWBOR, 1996).

Serra e Terra (2006) abordam o assunto, alertando que os municípios que convivem com o desafio da abundância temporária (os royalties e participações

especiais), têm a responsabilidade de promover os níveis de vida da população antes que as reservas se esgotem.

No caso específico de Campos dos Goytacazes, por exemplo, o município não enfrenta um dos grandes entraves que a maioria dos municípios brasileiros enfrenta, que é a limitação dos recursos orçamentários. O desafio maior é quanto ao fortalecimento e modernização das estruturas organizativas municipais e maior profissionalização de sua gestão (J. MARSIGLIA , 1994).

Apesar da aparente folga orçamentária não existe no município políticas efetivas de geração de emprego e renda. Essa contradição leva a refletir quanto à alocação eficiente e justa dos royalties. Será que tais recursos somente têm servido a uma política clientelista e conservadora e contribuído de forma significativa para ampliação das desigualdades sociais tão presente na realidade campista?

A esse respeito Serra e Terra (2006), discutem a necessidade urgente de um debate por maior transparência na alocação das rendas petrolíferas e de fiscalização constante por meio dos mecanismos de controle social. A sociedade deve ser informada permanentemente do potencial dos recursos provenientes dos royalties e participações especiais, na minimização das desigualdades para se manter alerta, fiscalizar e cobrar do poder público a alocação justa dos referidos recursos.

O poder público local, por meio da Secretaria de Agricultura e do Fundo de Desenvolvimento de Campos - FUNDECAM pode atuar como um importante ator na promoção de parcerias entre os poderes locais e pequenos produtores. Este fundo, constituído com recursos dos royalties do petróleo tem o poder de fomentar investimentos em tecnologias e capacitação, podendo com isto, melhorar produção agrícola e incentivar a instalação de indústrias. Devem-se concentrar esforços para diversificar a estrutura produtiva da região, que se concentrou por muitos anos na exploração da cana-de-açúcar e, mais recentemente em olarias, que surgiram como alternativa de renda e alocação da mão-de-obra liberada pelo cultivo de cana-de-açúcar.

Estimativa do próprio FUNDECAM identificou que nos últimos três anos (até 2005), foram investidos aproximadamente 41 milhões de reais na Baixada Campista. Investimentos estes visando à implantação de indústrias diversificadas, em parceria

com a iniciativa privada, para atender à demanda de novos empregos nas localidades que compõem essa região.

Entretanto, Cruz (2005) chama atenção da possibilidade de resultados inócuos, uma vez que as ações do FUNDECAM não são planejadas e que suas prioridades não são explícitas. O processo de seleção das indústrias não é devidamente publicizado, condição necessária para um processo democrático e participativo. Como consequência, “o volume de geração de emprego nos projetos em execução, é insignificante em termos de impacto sobre o mercado local.”.

Fazendo um breve relato sobre a Baixada Campista, foco dessa pesquisa, esta é formada por imensa área de terra, que tem sua colonização datada de 1674, no século XVII, pertencendo a Capitania de São Tomé, à época doada a Martim Correia de Sá e João Correia de Sá, Viscondes de Asseca. Esse latifúndio foi disputado por Assecas e Beneditinos por décadas (LAMEGO, 1940).

Apesar das transformações econômicas e sociais nos distritos e localidades, ainda existe uma parte do latifúndio em propriedade da Congregação dos Beneditinos com partes destinadas às plantações de cana e a sede do Convento de São Bento.

O primeiro investimento do FUNDECAM na área foi na COAGRO que se encontra no Distrito de Goytacazes e em 2005 tinha 1.500 empregados trabalhando em atividades administrativas e na lavoura.

O segundo investimento foi na fábrica de macarrão Duvêneto Alimentos, localizada em Baixa Grande. À época da pesquisa, em 2005, encontrava-se com 70 trabalhadores, entretanto relataram-se intenção de ampliar a oferta para mais 250 postos de trabalho a partir de 2006.

Outros cinco empreendimentos se encontravam em fase de montagem e construção e previa-se iniciar as atividades em 2006. São eles: Salus Biotech Farmacêutica situada no distrito de Donana, com previsão de gerar 151 novos postos de trabalho. A LIZ do Brasil Argamassas e Colantes também, localizada em Donana, esperava gerar 50 empregos diretos. A Bandag Center Veículos Pesados localizada no distrito de Goytacazes geraria 14 empregos diretos. A Mizzon Indústria

e Comércio de Cosméticos, também localizada no distrito de Goytacazes geraria 50 postos de trabalho.

Finalmente, localizada na Estrada dos Ceramistas, a Policam Campos Biotecnologia, que a partir da utilização do açúcar como matéria-prima, produzirá goma xantana, que faz parte da cadeia produtiva tanto à indústria alimentícia quanto da indústria petrolífera. Esta planeja iniciar suas atividades com 150 empregos imediatos e, posteriormente, expandir para 300 postos de trabalho. Grosso modo, considerando que todas as previsões se realizem seriam 2.315 empregos em indústrias na Baixada Campista.

Constatando que o poder público está investindo no desenvolvimento dessa região, resta saber em que medida estas intervenções serão efetivas para quebrar o ciclo de sazonalidade imposta a inúmeros trabalhadores da cana. Efetivamente, qual tem sido a preocupação com a capacitação dos trabalhadores menos qualificados, que têm espaço nos canaviais, de modo que lhes permita pelo menos o sonho de participar dessas novas promessas do mercado de trabalho campista?

Observa-se que se faz necessário focar os novos fazeres para melhor atendimento das demandas do trabalho, entretanto, não se deve perder de vista o estímulo à permanência da população, dando-lhe condições de sobreviver com dignidade junto às suas famílias. Porém, estudos realizados, apontam que o Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar que deveria ser o principal ator da luta por melhores condições de trabalho, manutenção e ampliação de direitos tem sua atuação limitada devido à baixa adesão dos trabalhadores (informações da diretoria em set/2004).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando a preparação e organização desse trabalho recorreu-se à pesquisa exploratória para obtenção de dados preliminares. As quatro visitas a campo lançaram luz à elaboração do instrumento de coleta de dados, identificação da população alvo, identificação dos entrevistados e delimitação da população de estudo. O universo foi constituído por 2.000 trabalhadores das duas usinas de cana-de-açúcar, localizadas na baixada campista e denominadas COAGRO e Paraíso S/A. Após cinco visitas às usinas, conseguiu-se a listagem dos trabalhadores, fornecidas pela diretoria constando os nomes dos trabalhadores e respectivos supervisores. O contato com os supervisores não foi bem sucedido, eles se esquivaram ao máximo, evitando com essa atitude a realização das entrevistas por meio de técnica de amostragem aleatória simples. Por eliminação restaram turmas de três supervisores, cujos trabalhadores residiam em localidades próximas.

Desses trabalhadores, 50 foram entrevistados e o erro amostral calculado pela

fórmula:
$$e^2 = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N - n \times \sigma^2 \times p \times q}{n(N-1)}$$
, onde: e é igual ao erro amostral; σ é igual ao número de desvios-padrão; p e q são as proporções observadas na população (0,5 é adotado quando não se tem idéia dessa proporção na população); n é o tamanho da amostra e finalmente, N é o tamanho da população.

A amostra de 50 trabalhadores, selecionada aleatoriamente entre as três turmas para as quais se conseguiu acesso, produziu um erro amostral de 13,97%, considerando dois desvios-padrão e p e q de 0,5.

As entrevistas foram realizadas nas localidades de Babosa, Largo do Garcia, Baixa Grande, Caxias de Tocós e Nova Goytacazes. O pré-teste do instrumento de coleta de dados foi realizado em setembro de 2005 e as entrevistas, foram realizadas no período de outubro a novembro do mesmo ano, totalizando nessa última etapa 08 visitas às localidades.

Na elaboração do instrumento de coleta⁶ de dados buscou-se privilegiar questões relevantes para responder à principal indagação da pesquisa através de quesitos objetivos, com respostas fechadas, tais como: “Em que você trabalha na entressafra?” “Já trabalhou em outro serviço?” Ao inserir estes quesitos, pensou-se em outras possibilidades de trabalho até então imprecisas. Outra questão abordada foi: “o tempo de trabalho na cana” e se “gosta desse trabalho?” A intencionalidade desses quesitos foi verificar, se os trabalhadores estão nessa atividade por absoluta falta de alternativa ou se estão, porque gostam de lidar com a terra ou, as duas possibilidades.

Ainda na fase de elaboração do instrumento de coleta, sentiu-se a necessidade de inclusão de outras questões mais subjetivas, que acrescentassem elementos substantivos acerca dos sentimentos e desejos desses trabalhadores. Por exemplo: “Qual é a sua insatisfação no trabalho com a cana?” Este quesito teve o objetivo de desvendar, se a insatisfação está relacionada apenas à questão salarial ou se esta ocorre em virtude das condições de insalubridade, desgaste físico excessivo entre outras. Com a intenção de conhecer melhor os seus sonhos e perspectivas de vida desses trabalhadores, inquiriu-se: “Você gostaria de mudar alguma coisa na sua vida, o que?” e ainda “o que pretende para seus filhos no futuro?”.

Os dados foram digitados, processados e tabulados por meio do pacote estatístico SPSS. A análise descritiva das variáveis foi elaborada por meio de freqüências simples e de várias tabelas cruzadas, que foram elaboradas e analisadas com o objetivo de responder à questão central do trabalho.

⁶ O instrumento de coleta encontra-se no anexo 1.

5 RESULTADOS

Primeiramente, procurou-se conhecer o perfil sociodemográfico da amostra, em segundo lugar buscou-se analisar as variáveis relevantes para responder à pergunta principal deste trabalho e, finalmente, analisou-se qualitativamente alguns aspectos relacionados aos sentimentos do trabalhador em relação ao seu trabalho e família.

5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

A tabela 3 apresenta o perfil baseado segundo sexo, distribuição etária, estado conjugal, número de filhos, escolaridade, cor e renda. Considerando o total de trabalhadores entrevistados, verifica-se que a composição por sexo, aponta para um percentual maior daqueles do sexo masculino, representados por 58%.

A estrutura etária mostra concentração destes trabalhadores, nos grupos etários 30-39 (42%) e 40-49 anos (30%). Os grupos extremos: os mais jovens e os mais velhos, representam 18% e 10%, respectivamente.

No que se refere à situação conjugal, verifica-se que 64% são casados, 24% são solteiros e a minoria (12%) é viúva. Mais da metade dos entrevistados tem até três filhos (54%) e apenas 26% têm mais de quatro filhos.

A distribuição por escolaridade revela que 48% dos entrevistados são analfabetos funcionais, ou seja, têm de zero a três anos de estudos. O segundo nível de escolaridade predominante se verifica, entre aqueles que cursaram de 5^a a 8^a séries do primeiro grau. Apenas um dos entrevistados declarou ter segundo grau

completo. A distribuição por cor revela que 60% dos entrevistados são de cor branca.

O perfil de renda desses trabalhadores revela que 96% dos entrevistados recebe até um salário mínimo por mês e apenas 4% dos trabalhadores auferem entre um e dois salários mínimos.

No que refere-se à situação descrita pela literatura, nenhuma novidade se apresenta. Trata-se de trabalhadores com baixo nível de qualificação, com idade relativamente jovem, pois a natureza cruel do trabalho reduz a esperança de vida ativa desses trabalhadores e incentiva a entrada precoce dos trabalhadores mais jovens, o que configura em rápida substituição da mão-de-obra.

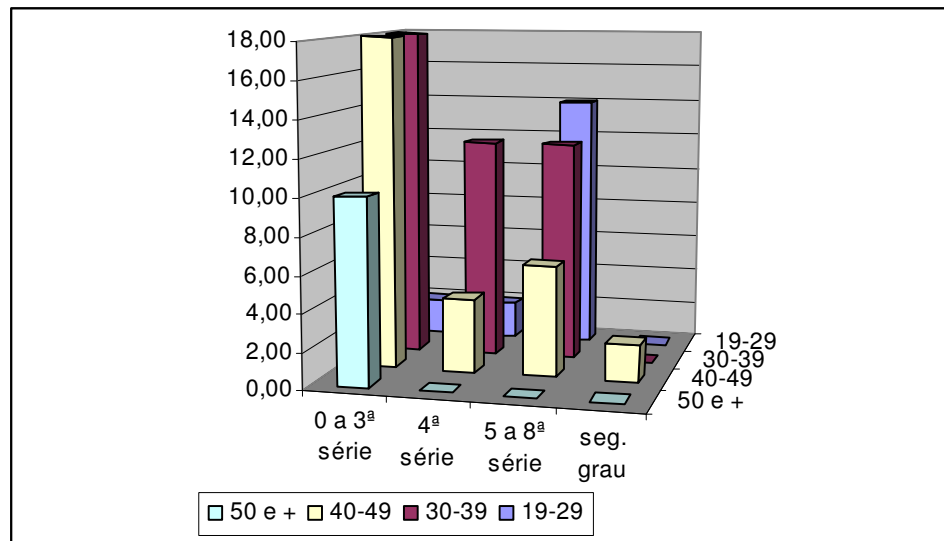
Dentre as razões da substituição rápida da força de trabalho na cultura da cana-de-açúcar, representada pela entrada prematura de jovens no mercado, destaca-se a precoce diminuição de sua produtividade e, por consequência, sua desqualificação como mercadoria. As exigências de intenso dispêndio de força física para corresponder a um teto de salário, concebido por patrões e trabalhadores como patamar médio, transforma estes últimos em peça descartável a partir aproximadamente dos 35 anos. (NEVES, 1999).

TABELA 3. Descrição da amostra segundo atributos sociodemográficos.

Sexo	absoluto	%
Homem	29	58
Mulher	21	42
Grupos de idade		
19-29	9	18
30-39	21	42
40-49	15	30
50 e +	5	10
Estado civil		
casado	32	64
solteiro	12	24
viúvo	6	12
Número de filhos		
0	10	20
1 a 3	27	54
mais de 4	13	26
Escolaridade		
0 a 3ª série	24	48
4ª série	9	18
5 a 8ª série	16	32
seg. grau	1	2
Cor		
Branco	30	60
Não Branco	20	40
Renda		
Até 1 SM	48	96
mais de 1 até 2 SM	2	4

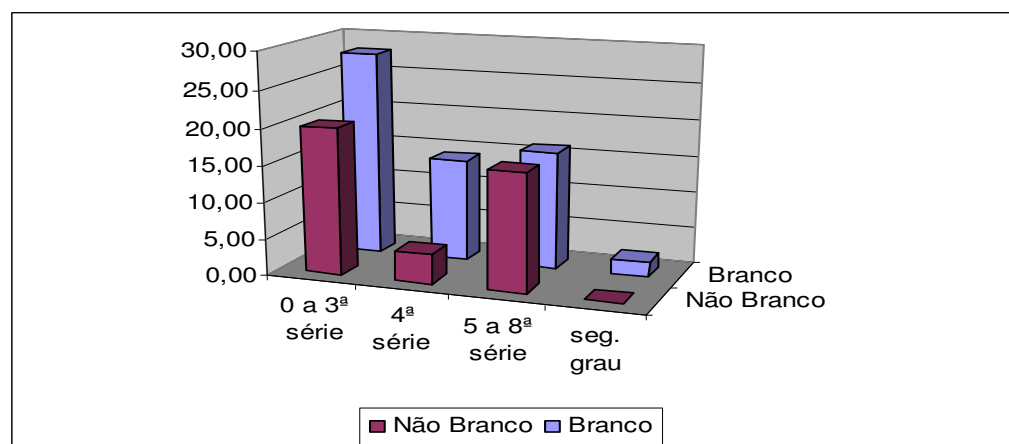
Fonte : dados primários coletados.

Na figura 3 está representado o padrão de escolaridade por idade e revela que os indivíduos pertencentes aos grupos etários centrais 30-39 e 40-49 anos, têm em sua maioria, de 0-3 anos de estudos, ou seja, são os analfabetos funcionais. Os demais trabalhadores destes grupos etários se distribuem, quanto à escolaridade, na 4ª série do primeiro grau e na categoria de 5ª a 8ª séries. Os mais jovens, aqueles com 19-29 anos, cursaram preponderantemente, de 5ª a 8ª séries. Os mais velhos, por outro lado, se concentram entre os analfabetos funcionais.

FIGURA 3: Distribuição dos trabalhadores segundo escolaridade por idade.

Fonte: Dados primários coletados

Por sua vez, a figura 4 apresenta a composição dos entrevistados por cor segundo a escolaridade. Verifica-se que entre os que cursaram até a 3ª série, 28% são brancos e 20% não os são. Entre aqueles que concluíram a 4ª série, também, se verifica a predominância de brancos em contraposição aos não brancos. A igualdade de condições é revelada naqueles que cursaram entre 5ª e 8ª séries, ambos com 16%.

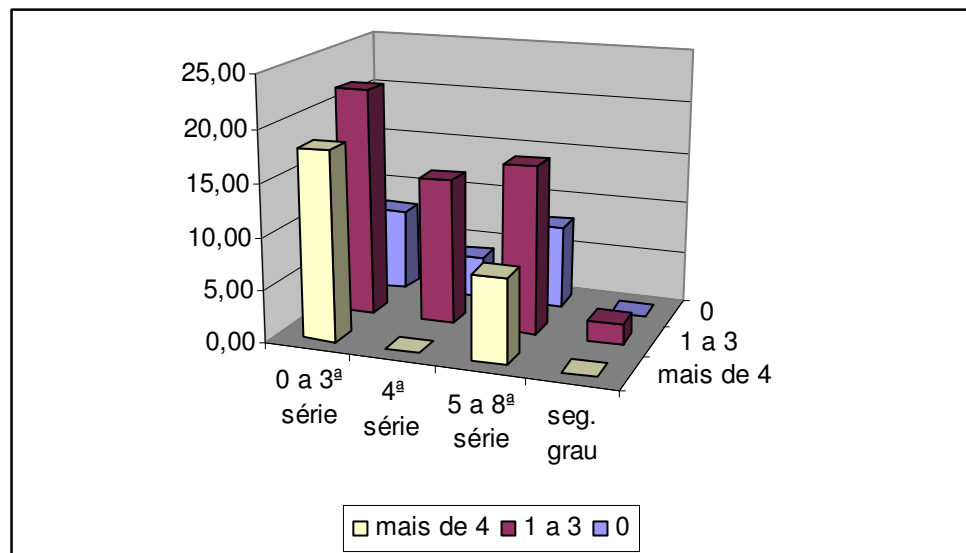
FIGURA 4: Distribuição dos dados segundo escolaridade por cor.

Fonte: Dados primários coletados

Nota-se pela figura 5 que os menos escolarizados têm maior número de

filhos. Veja, que entre aqueles que têm mais de quatro filhos, 18% são analfabetos funcionais. Dos que têm até três filhos, 22% são analfabetos funcionais, 14% cursaram a 4ª série e 16% cursaram de 5ª a 8ª séries. Percebe-se, a possível associação negativa entre número de filhos e escolaridade, ou seja, quanto menor a escolaridade, maior é o número de filhos.

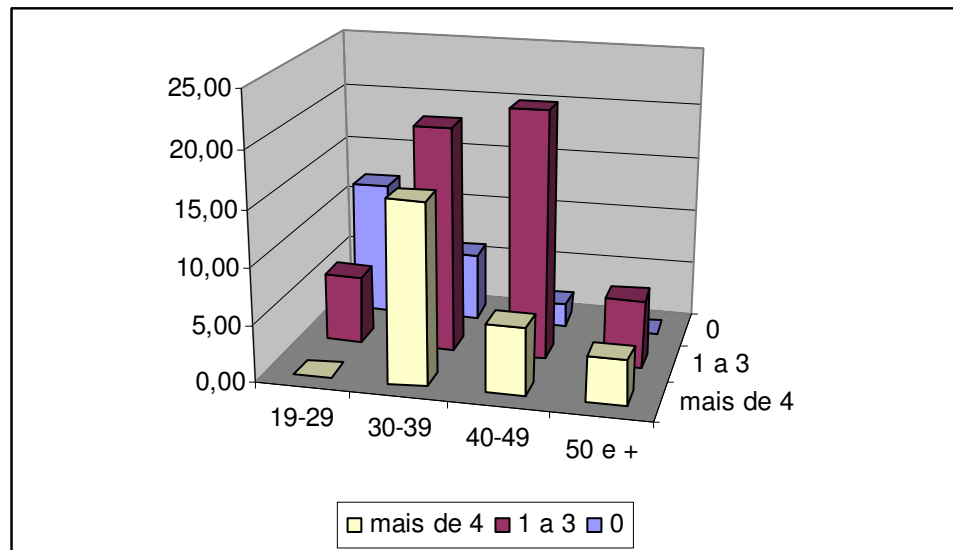
FIGURA 5: Distribuição dos trabalhadores segundo escolaridade por número de filhos.



Fonte: Dados primários coletados.

O maior percentual daqueles que tem filhos encontra-se, no grupo de idade de 30 a 39 anos e a menor proporção, que é 10%, está representada por aqueles que têm mais de 50 anos. Aqueles pertencentes ao intervalo etário central 30-49 anos, em maior proporção, têm de um a três filhos (figura 6).

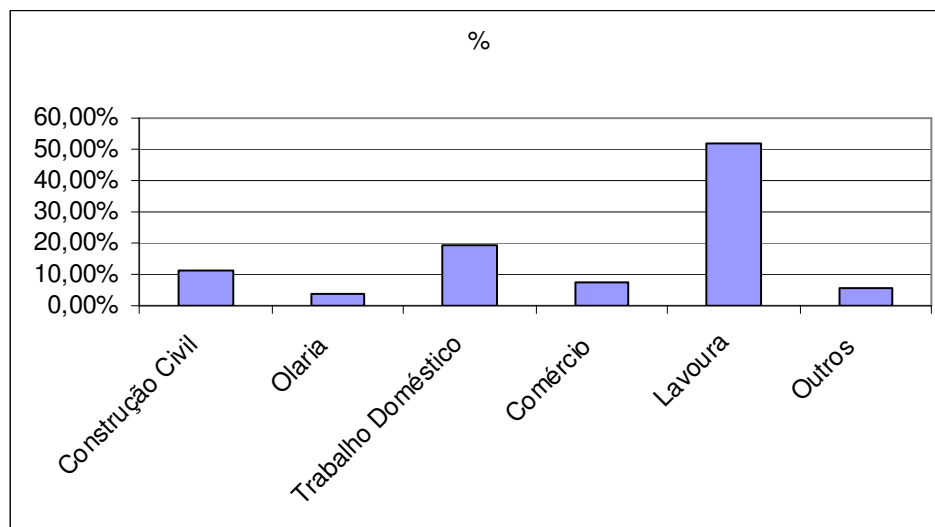
FIGURA 6: Distribuição de trabalhadores segundo grupo de idades e número de filhos.



Fonte: Dados primários coletados.

5.2 ESTRATÉGIA NA ENTRESSAFRA

Com o propósito de responder a principal indagação desse estudo, a figura 7 revela que entre as ocupações nas quais os trabalhadores se refugiam na entressafra, o trabalho na lavoura é o principal destino de 53,19% dos entrevistados. Tal resultado revela que esta atividade laboral ainda é a principal fonte de geração de renda desses trabalhadores, mesmo na entressafra, o que não é nenhum absurdo dada a baixa escolaridade dos trabalhadores. O que seria pouco provável é que a maioria se alocasse em atividades que exigissem algum tipo maior de qualificação. O segundo maior refúgio, exclusivamente para as mulheres, é o trabalho doméstico, do qual 19,15% delas tiram o seu sustento. O trabalho no comércio e nas olarias, com 4,26% e 3,85%, respectivamente, representa o porto seguro da menor proporção de trabalhadores no período de entressafra. A construção civil aloja 12,77% dos trabalhadores e demonstra importância relativa como alternativa de trabalho para o universo pesquisado, para os quais as alternativas de emprego e renda são escassas.

FIGURA 7: Distribuição dos trabalhadores por ocupação na entressafra

Fonte: Dados primários coletados.

Essa transição entre cortador de cana e emprego doméstico é denominada por Neves (1999) de fatalismo geracional, e pode ser a gênese da transmissão intergeracional da pobreza e das desigualdades.

Se aos homens que permanecem no município resta o vínculo no processo de trabalho no corte e beneficiamento da cana, para as mulheres, além desta possibilidade, abre-se a alternativa do trabalho doméstico, utilizada especialmente no período da adolescência até o casamento ou a maternidade (NEVES, 1999).

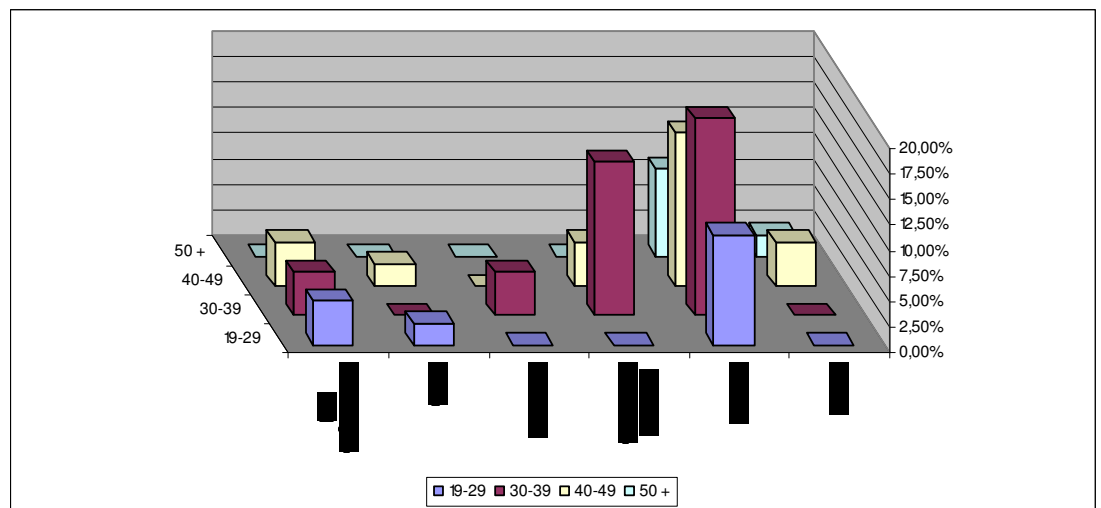
A produção da figura do 'bom cortador' contém germes de uma verdadeira segmentação do emprego de homens, fortes, jovens e dotados de uma moral, que coincide com os desejos da usina. Os fracos, os mais velhos, as mulheres são descartados deste modelo (SILVA, 1999).

Com o objetivo de identificar algum padrão destas ocupações alternativas em função de características sociodemográficas, algumas associações foram testadas. Assim, na figura 8, verifica-se que o maior percentual de trabalhadores na lavoura (19,15%), encontra-se no grupo de idade de 30-39 anos e o menor (8,51%), encontra-se acima de 50 anos.

Os menores percentuais de todas as categorias aqui arroladas estão praticamente nos dois extremos dos grupos de idades, 19-29 e 50 anos e mais.

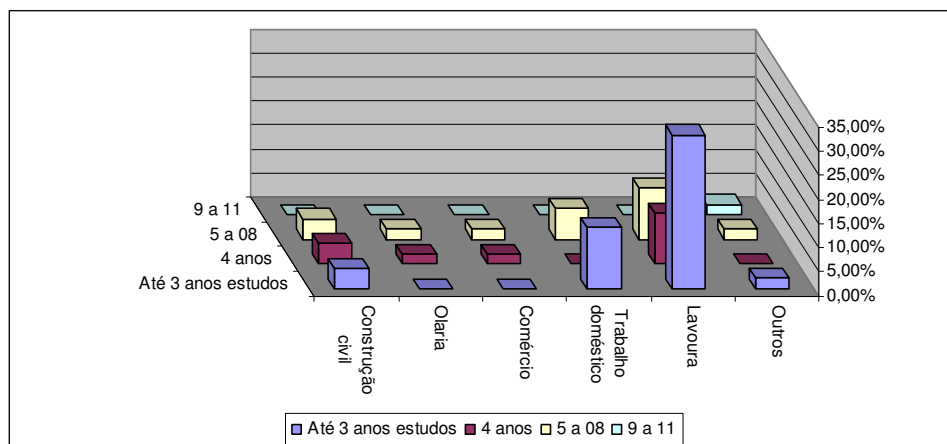
Pode-se pensar que os mais novos desses trabalhadores, querem tentar outros fazeres antes de “entrar” na cana, como também nas outras categorias, (que se nivelam pela precariedade e características). Os mais idosos, por sua vez, não se encontram mais em condições físicas para enfrentar a dura jornada imposta nas situações específicas. Resultado este já esperado, devido ao grande desgaste físico que sofrem esses trabalhadores, que após 40 anos, não apresentam boas condições de saúde e conseqüentemente, sua produtividade tende a cair.

FIGURA 8: Distribuição segundo trabalho na entressafra por grupos de idades.



Fonte: Dados primários coletados.

A distribuição de ocupação na entressafra por escolaridade, pode ser verificada na figura 9 e revela que dos que estudaram apenas três anos, a maior parte busca a lavoura como alternativa de trabalho na entressafra (31,91%) e em menor proporção (12,77%) busca o trabalho doméstico. Apenas a construção civil aloca em proporções semelhantes os trabalhadores dos grupos de escolaridade até oito anos de estudos.

FIGURA 9: Distribuição de trabalhadores na entressafra por escolaridade.

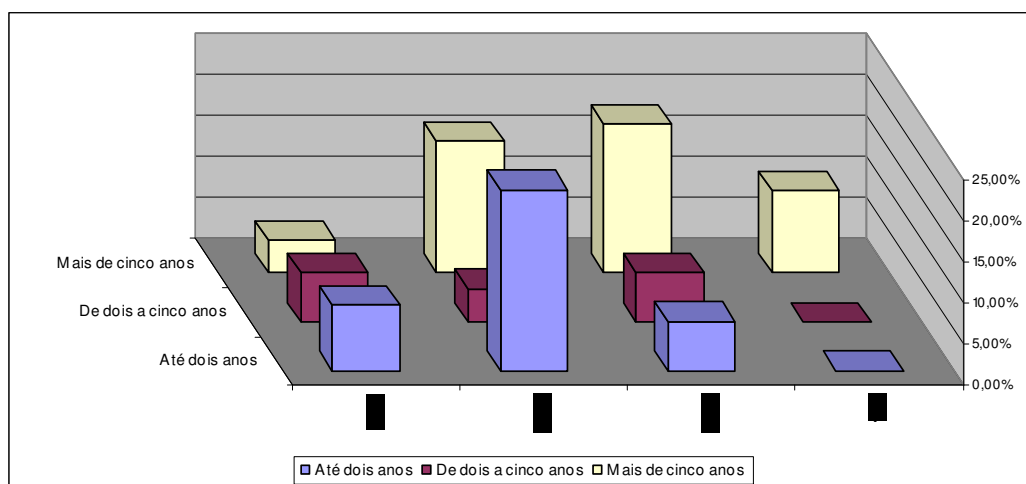
Fonte: Dados primários coletados

Procurando melhorar o entendimento sobre o comportamento sazonal destes trabalhadores, buscou-se verificar associações entre o tempo de trabalho na lavoura canavieira e a idade. Espera-se que o padrão observado, lance luz sobre as perspectivas de inserção e mobilidade nesta ocupação.

Na figura 10 observa-se, que daqueles que têm até dois anos de trabalho na lavoura de cana, a maioria está no grupo etário de 30-39 anos. Na categoria intermediária, de dois a cinco anos, os três primeiros grupos etários não apresentam variações significativas em termos de participação. Na última categoria, daqueles que têm mais de cinco anos de trabalho na cana, as participações mais significativas são dos grupos etários centrais (30-39 e 40-49) e a menor participação (4%) é a do grupo etário mais jovem.

O que se pode depreender do padrão verificado é que entre estes trabalhadores investigados, independentemente do tempo de serviço, a participação dos jovens é relativamente baixa em comparação com os jovens adultos. Isto pode indicar certa procura por mobilidade e tentativa de fugir do círculo vicioso de transmissão intergeracional da pobreza. Os jovens buscam alternativas de trabalho antes de ingressar na atividade da lavoura canavieira, tal fato é plausível, pois, não foi raro ouvir dos produtores e usineiros, reclamação acerca da falta de mão-de-obra e a necessidade de se recorrer à mão-de-obra migrante.

FIGURA 10: Distribuição de trabalhadores por tempo na cana e grupos de idade.



Fonte: Dados primários coletados.

Foi perguntado aos entrevistados se eles desejavam outro tipo trabalho que não fosse o da cana, e por meio da associação destas respostas com o tempo de trabalho na cana procurou-se construir um proxy do grau de satisfação desses trabalhadores em relação à sua ocupação atual. Assim, quanto maior o percentual de trabalhadores que desejavam obter outro tipo de trabalho, maior seria o grau de insatisfação. A ocupação atual não seria uma escolha livre do trabalhador e sim uma imposição da falta de oportunidades acumulada ao longo da vida destes trabalhadores.

O que se observou foi que 94% dos trabalhadores, independentemente do tempo de trabalho na cana, desejam ter outro trabalho que não seja a cana, embora reconheçam suas poucas chances de mobilidade em virtude da baixa escolaridade. Apenas 6% destes trabalhadores não demonstraram o desejo de ter outro trabalho. O dado revela a obviedade, ninguém demonstra satisfação em um trabalho em condições tão precárias. Os maiores indicadores de insatisfação se apresentam entre aqueles com o menor e com o maior tempo de trabalho na cana, ou seja, aqueles que entraram com a perspectiva de ser uma ocupação temporária e aqueles que já perderam a esperança de mudança.

TABELA 4. Distribuição dos trabalhadores por tempo na cana e outro trabalho.

Tempo na cana	Outro trabalho		
	sim	não	Total
Até dois anos	36,00%	0,00%	36,00%
De dois a cinco anos	14,00%	2,00%	16,00%
Mais de cinco anos	44,00%	4,00%	48,00%
Total	94,00%	6,00%	100,00%

Fonte: Dados primários coletados

Quando se relacionou o desejo de obter outro trabalho com a idade verificou-se que foram os trabalhadores com idades entre 30-39 e 40-49 anos que demonstraram, em maior percentual, o desejo de ter outro serviço (38% e 30%, nesta ordem). O caráter precário da ocupação é reforçado pelo desejo de mudança, por parte daqueles com idade superior a 50 anos, idade na qual se espera que esses trabalhadores não percebam possibilidades de mudanças, ainda assim, 10% deles querem mudar de trabalho.

TABELA 5. Distribuição dos trabalhadores por grupos de idades pelo desejo de conseguir outro trabalho.

Grupos de idade	Outro trabalho		
	sim	não	Total
19-29	16,00%	2,00%	18,00%
30-39	38,00%	4,00%	42,00%
40-49	30,00%	0,00%	30,00%
50 +	10,00%	0,00%	10,00%
Total	94,00%	6,00%	100,00%

Fonte: Dados primários coletados

Pensando ainda em construir indicadores de insatisfação, indagou-se sobre o desejo de mudar de vida, desejo este que foi prontamente manifestado por 90% dos entrevistados.

Em geral, a insatisfação é demonstrada por vários aspectos, um destes

aspectos pode ser se o trabalhador gosta ou não do que faz. No caso dos trabalhadores da cana parece até estranho fazer este questionamento, pois se espera que o ser humano não deva sentir prazer em desempenhar uma atividade tão perversa do ponto de vista do desgaste físico. Entretanto, a necessidade de sobrevivência e a falta de opções na vida podem fazer com que as pessoas se adaptem a situações adversas. Assim, a tabela 6 revela que, se por um lado, 46% dos trabalhadores não gostam do que fazem, por outro, 32% relataram que gostam mais ou menos e 22% responderam categoricamente que gostam do que fazem. Deve-se levar em consideração que todos têm reclamações acerca da remuneração e a produção exigida.

Um significativo número de entrevistados reclamou das péssimas condições salariais de determinada usina (diretoria, fiscais e encarregados). Há muita insatisfação. Afirmam que são lavradores desde criança, que gostam de “lidar” com a terra, mas não gostam de serem explorados e “roubados”. Durante as entrevistas, foi ouvido, ainda que não explicitado no instrumento de coleta, que o valor da cana é alterado de uma semana para outra.

Dessa forma, o trabalhador nunca sabe ao certo qual a sua produção, pois a metragem cortada não é conferida por eles e que “outros” são beneficiados, de acordo com os interesses do fiscal de turma. Muitas vezes, o trabalhador prefere faltar a um ou mais dias de trabalho no canavial, como estratégia para ganhar mais em outra lavoura (de 20,00 para 80,00 reais, por exemplo).

TABELA 6. Distribuição dos trabalhadores por grau de satisfação no trabalho.

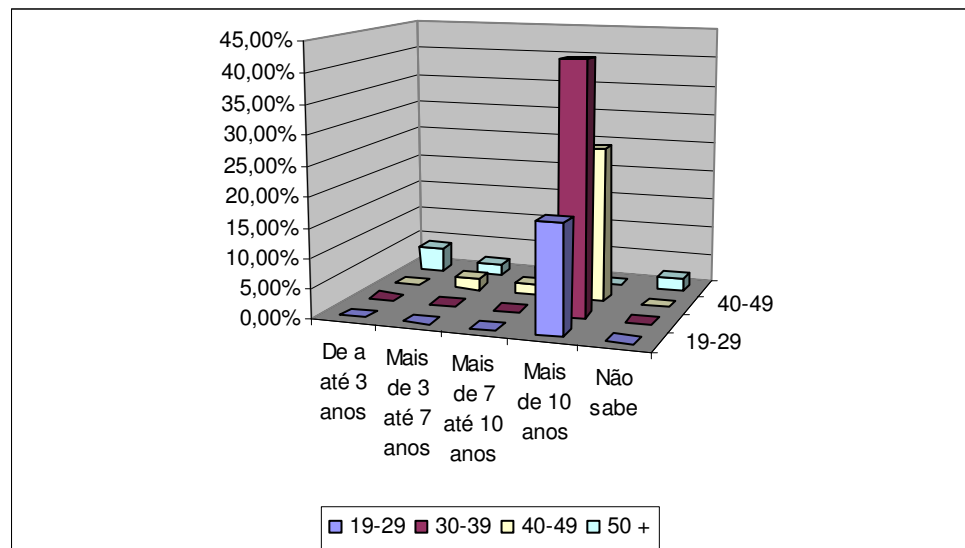
Gosta do que faz	Freqüência	%
SIM	11	22,0
NÃO	23	46,0
MAIS OU MENOS	16	32,0
Total	50	100,0

Fonte: Dados primários coletados.

Finalmente analisa-se na figura 11, o tempo de trabalho que falta até a

aposentadoria desses trabalhadores. Das três primeiras categorias de tempo de 0 até 3 anos, de 3 a 7 e de 7 a 10 anos para a aposentadoria, resultou em apenas 4% para cada um deles. Para a grande maioria dos entrevistados e principalmente nas faixas etárias intermediárias de 30-39 e 40-49 anos, faltam mais de 10 anos para se aposentar. Dada as peculiaridades da atividade, será que esses trabalhadores agüentariam fisicamente atingir o tempo necessário à aposentadoria? Vê-se ainda que no último grupo de idade, (aqueles com mais de 50 anos), nenhum trabalhador falta mais de 10 anos para a aposentadoria. Esse resultado pode ser um indicativo do que vem sendo apontado em vários estudos, que o trabalhador da cana quando consegue adquirir o direito à aposentadoria por tempo trabalhado, encontra-se, em geral, enfraquecido e doente. Restando-lhe na melhor das hipóteses, pouco tempo para desfrutar desse benefício conquistado a duras penas.

FIGURA 11: Distribuição dos trabalhadores segundo tempo para aposentadoria por idade.



Fonte: Dados primários coletados.

5.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Buscou-se entender a subjetividade de algumas questões, por meio da

percepção da esperança do trabalhador em relação ao seu futuro e a do seu filho. Como o dado foi coletado por meio de resposta aberta, procurou-se resumir os relatos em categorias que sintetizassem o desejo relatado.

A análise de conteúdo dos desejos relatados levou a construção das seguintes categorias de esperança: trabalho, estudo, casa própria e vida melhor. Assim, quando o entrevistado relatava trabalho e vida melhor, optou-se por colocá-lo na categoria trabalho por entender, que o trabalho cria condições de transição para uma vida melhor. Quando o entrevistado relatava mais tempo com a família, decidiu-se por colocá-lo na categoria vida melhor, pois, entendeu-se que ao alcançar uma vida melhor, conseqüentemente o indivíduo teria mais tempo para ficar com a família. O estudo teve prioridade sobre o trabalho quando foram citados juntos pois, entendeu-se que a escolaridade mais elevada ajudaria na obtenção de um trabalho melhor.

Feitas as considerações acerca das categorias de análise, verificou-se a centralidade do trabalho na vida destes trabalhadores, uma vez que 60% desejaram para si um trabalho melhor e 32% desejaram um trabalho melhor para o filho. Ao priorizar este quesito, reforçam a insatisfação com o trabalho que desempenham no momento.

Por um lado, a busca e a esperança de se conseguir uma vida melhor para si e para o filho também fazem parte dos sonhos destes trabalhadores, pois 26% manifestaram este desejo. Por outro, 10% destes trabalhadores não desejaram nada para si, entretanto, manifestaram algum desejo para a vida do filho.

O estudo faz parte dos desejos do trabalhador em relação à vida do filho, na medida em que 20% deles manifestaram este desejo para o filho, contra apenas 2% para si. Este resultado remete à percepção por parte dos trabalhadores da possibilidade da reprodução da sua vida na vida do filho, daí demonstrarem entendimento, acerca da necessidade dos filhos romperem este círculo por meio do investimento em mais estudos.

O sonho da casa própria é revelado por 2% dos trabalhadores que manifestaram este desejo para si e 4% que manifestaram este desejo para a vida do filho. Este resultado se justifica pela verificação de que, apesar das difíceis

condições de vida, 78% dos trabalhadores vivem em casa própria e não desejam mudar o local da residência. A questão da identificação, amizade e hábitos culturais é bastante forte na vida destes trabalhadores. Embora reconheçam a precariedade em relação a infra-estrutura, creches, lazer, de segurança e de postos de trabalho, nos locais de residência, não desejam mudar de lugar, pretendem mudar o lugar. Vale relatar, que em um dos locais de residência verificou-se a existência de duas escolas fechadas, uma municipal e outra estadual.

TABELA 7. Distribuição segundo percepção do trabalhador para sua vida e para a vida do filho.

	VF.	CASAP P	ESTUD O	TRABALH O	VIDAMELHO R	Total
SV.	2,00	0,00	2,00	2,00	4,00	10,00
CASAPP	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ESTUDO	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00
TRABALHO	12,00	2,00	10,00	22,00	14,00	60,00
VIDAMELHO						
R	2,00	2,00	8,00	6,00	8,00	26,00
Total	18,00	4,00	20,00	32,00	26,00	100,00

Fonte: Dados primários coletados.

É importante reforçar a centralidade do trabalho e o sonho de uma vida melhor por meio das respostas obtidas, pois em relação a todos os desejos manifestados, foi apenas entre estes dois que se verificou desejo para si e para o filho. Note-se que 22% desejaram um trabalho melhor para si e para o filho e 8% uma vida melhor.

As mulheres trabalhadoras em geral, não reclamam do salário, o que demonstra uma situação de conformismo em relação ao seu papel na família e no domicílio. Este indicador, ainda que subjetivo e filtrado pelos valores do pesquisador, revela que as relações de gênero entre estes trabalhadores não são igualitárias, persistindo a hegemonia masculina na chefia da família e do domicílio, assim como principal provedor.

Nos locais de ocupação mais recente à margem direita da estrada Campos-Farol de São Tomé, constatou-se muitas queixas em relação à violência e uso de drogas.

Foi observado durante as entrevistas, que os trabalhadores adultos nascidos nas localidades mais antigas (Babosa, Largo do Garcia e Baixa Grande), gostam da lavoura, têm casa própria e em boas condições, não querem mudar e se sentem desrespeitados pela exploração das usinas. São duas a três gerações que residem no mesmo lugar. Percebe-se um sentimento de “pertencimento” àquelas localidades que têm como características a tranquilidade e boa vizinhança. Embora carente de outros trabalhos e de lazer, assim como os demais da região. A percepção da pesquisadora, é que as pessoas que lá residem, são mais rurais, mais simples e menos expostas aos apelos da sociedade de consumo, valorizando e reconhecendo o que consideram bom para elas.

Observou-se em geral, que as condições físicas e higiênicas das residências de Caxias de Tocos e algumas de Nova Goytacazes são precárias. Na primeira localidade foram indicados vários casos de drogadicção, a partir de 8 anos de idade, assim como alguns casos de prostituição infanto-juvenil. Em no mínimo duas das casas visitadas, a pesquisadora presenciou movimento de vários rapazes (alguns visivelmente drogados), que ali não residiam, num entra e sai constante, com claros indícios de comércio de drogas.

As mulheres entrevistadas em geral são alegres e demonstram gostar do convívio com o grupo de trabalho. Segundo declaração das entrevistadas, elas gostam de trabalhar com o atual supervisor de turma, pois este tenta tornar o ambiente de trabalho e o percurso mais interessantes e de respeito mútuo. Este foi o único caso encontrado dentre os entrevistados, de bom relacionamento entre trabalhador e supervisor de turma.

Na localidade de Caxias de Tocos, existem escolas estaduais e municipais, dentre elas um CIEP quase desativado e com poucos alunos. Foram ouvidos relatos sobre a ociosidade desses espaços, que poderiam ser utilizados para lazer, integração social e educação. Esses dois últimos lugarejos citados foram se formando no entorno de dois distritos, Tocos e Goytacazes respectivamente.

CONCLUSÕES

Por esse estudo pode-se concluir que, aos trabalhadores da cana-de-açúcar cujo perfil apresenta como principais características a baixa escolaridade e ausência de qualificação profissional, não lhes resta, portanto, alternativas de trabalho que possam alterar sua situação socioeconômica em Campos dos Goytacazes, bem como mudar sua história intergeracional. Dos trabalhadores da cana entrevistados nessa pesquisa, 53,19% continuam trabalhando na lavoura na entressafra. O segundo maior refúgio, este exclusivamente feminino, é o trabalho doméstico com 19,15%. Outro resultado que demonstra certa importância, é a construção civil com um percentual de 12,77%. As pessoas que se refugiam no comércio e nas olarias representam 4,26% em cada grupo. Possivelmente, o baixo nível de escolaridade desses trabalhadores explique a baixa concentração no setor de comércio. O baixo percentual daqueles que se direcionam ao trabalho das olarias na entressafra, pode ser explicado pela percepção dos trabalhadores de que as condições de trabalho sejam tão ruins quanto as do trabalho na cana, ou, ainda por baixa oferta de trabalho que atenda ao ciclo de sazonalidade da cana.

Para os trabalhadores temporários, que não gostam do trabalho nas lavouras e que não têm qualificação para outros fazeres, o que lhes resta? A maioria dos entrevistados (46%) respondeu que não gosta de trabalhar na cana e 32% respondeu que gosta mais ou menos.

Quais as alternativas criadas pelo poder público para esse segmento de trabalhadores? Percebe-se que os investimentos feitos pelo FUNDECAM, com exceção da COAGRO, não os contemplam.

Quais são as políticas implementadas que permitem a melhoria de salário e condições gerais de trabalho na cana? Tal questão envolve fatores multivariados e requer intervenção dos poderes público e privado no sentido de criar novas alternativas de trabalho, inclusive em melhores condições do que as verificadas nos campos de cana-de-açúcar.

O que vem ocorrendo há 3 ou 4 gerações, ainda ocorre hoje na era do petróleo. O investimento e incentivo à educação pública na área rural ainda não apresentou resultados. Verificou-se que 48% dos entrevistados são analfabetos funcionais. Quando se pensa investir em tecnologias e indústrias, há que se investir concomitantemente em qualificação, profissionalização enfim, em capital humano, minimizando as desigualdades sociais e promovendo de fato a inclusão à crescente parcela de excluídos da sociedade.

Essa pesquisa realizada permite trazer a tona uma questão importantíssima. Isto é, a preocupação ambiental e a proposta de mudança da matriz energética mundial, anunciada como prioridade pelos países desenvolvidos, preconizando o etanol como uma das alternativas energéticas, se traduzirá em melhores condições de trabalho nos canaviais? Ou será que a pressão que tende a aumentar com a demanda internacional, implicará em uma reestruturação no processo de produção e destruirá a profissão de cortador de cana?

O acordo bilateral assinado, na ocasião da visita do Presidente dos Estados Unidos da América ao Brasil, estipula algumas ações conjuntas, tendo como meta a transformação do álcool e etanol em commodity.

Será que a padronização do processo produtivo segundo os parâmetros da economia globalizada, prevê medidas de responsabilidade social que venham beneficiar os trabalhadores da cana, que têm um importante papel no início dessa cadeia produtiva? Ou, ao contrário conta-se com a contribuição destes trabalhadores como alternativa de mão-de-obra barata em um país onde o recurso terra é abundante, ainda que sua propriedade seja concentrada? Será que os campos de cana-de-açúcar serão totalmente mecanizados dada a necessidade de aceleração da produção? Ou será que a escala de produção deverá ser tão globalizada que expulse os pequenos produtores do mercado, em um processo de concentração da

produção como se observa em diversos setores? Será que a Organização Internacional do Trabalho - OIT poderá contribuir para que nesse tratado sejam contempladas melhorias nas condições de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar?

Esperava-se concluir este trabalho com algumas certezas sobre o grupo investigado, entretanto é oportuno levantar vários questionamentos para atizar o espírito de investigação de outros estudantes, pois ainda existem várias lacunas para serem preenchidas.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lúcia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Cad. de Saúde Pública, v.13 supl.2- Rio de Janeiro, 1997.

ALVARES E CASTRO, matéria veiculada na rede globo em 03 de dezembro de 2004.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores da cana? Disponível em <<http://www.sucre-ethique.org/Por-que-morrem-os-cortadores-de,399>> Acessado em 23/02/2006

ASFLUCAM/ Associação Fluminense de Plantadores de Cana- Relatório/2004.

BRAUBECK. Oscar A. e OLIVEIRA, Julieta T. A. Colheita de cana-de-açúcar com auxílio mecânico- Eng. Agríc., Jaboticabal. V.26, n.1, p. 300-308 jan/abr/2006.

CRUZ, José Luis Vianna da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes e NETO (org.). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense- da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. WTC, 2004.

CRUZ, José Luis Vianna da. Rio de Janeiro - Os desafios na região brasileira do petróleo. In: Brasil os desafios da diversidade. Ed. SENAC, 2005.

DAWSEY, John Cowart- "Caindo na cana" com Marilyn Monroe: Tempo, espaço e "bóias-frias". P.205 – 206. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1997, v.40 nº1.

DOWBOR, Ladislau.. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: Desenvolvimento local: geração de emprego e renda. São Paulo, Publicações Polis, nº 25, 1996. BAVA, Silvio Caccia (org.)

LAMEGO, Alberto. O homem e o brejo. Tese aprovada no IX Congresso Brasileiro de Geografia. Florianópolis/ 1940. Lidador. RJ. 1945.

MARIA, Luciene Xavier de; HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. Artigo: As particularidades do trabalho temporário no Distrito de Guachos, município de Martinópolis-SP. A força de trabalho na agricultura paulista. Revista Estudos Geográficos, Rio Claro, 1 (2):45-61, dezembro-2003-www.rc.unesp.br/igce/grad.geografia/revista.htm

MARSIGLIA, Javier. Desenvolvimento e gestão local: temas e atores em um cenário de mudanças. In: Desenvolvimento local: geração de emprego e renda. São Paulo, Publicações Polis, nº 25, 1996. BAVA, Silvio Caccia (org.)

MENDONÇA, Maria Luisa- A OMC e os Efeitos Destrutivos da Indústria da Cana no Brasil, 13 de fevereiro, 2006 disponível em <http://www.landaction.org/display.php?article=397> acessado em 16-dezembro-2006.

NETO, Romeu e Silva. O papel das administrações municipais no processo de desenvolvimento local – Uma proposta para a Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes e NETO (org.). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense- da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. WTC, 2004.

NEVES, Delma Pessanha, A Perversão do Trabalho Infantil. Intertexto Editora. 1999.

NEVES, Delma Pessanha, Os Fornecedores de Cana e o Estado Intervencionista. EDUFF. 1997.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Economia & Trabalho: Textos básicos. Campinas, SP; UNICAMP, 1998.

PESSANHA, Roberto Moraes. Radiografando o orçamento de Campos dos Goytacazes (200-2004). In: PESSANHA, Roberto Moraes e NETO (org.). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense- da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. WTC, 2004.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva. Petróleo, royalties e região. Espaço e tempo, 2004.

RELATÓRIO das visitas e entrevistas às usinas de açúcar realizada pela autora em 2005.

SANTOS, A M Penalva. Descentralização e Poder Municipal no Brasil. Anais do IV Colóquio de Políticas Territoriais. Montevideo, Uruguay, agosto de 2002.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 15(1) 147-161, jan/mar. 1999.

SERRA, Rodrigo Valente e TERRA, Denise Tavares. Notas sobre a região petro-rentista da Bacia de Campos. In: CARVALHO, Ailton Mota e TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (org.). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. Garamond, 2006.

SETUBAL, Mariana. Escravidão contemporânea: a permanência do trabalho escravo na agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes. Disponível em http://www.lppuerj.net/outrobrasil/Docs/2312006183726_Analise_Mariana_Jul05.doc > Acesso em dezembro de 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do Fim do Século- UNESP/ SP, 1999.

_____, Migrantes Temporários: A face oculta do agronegócio paulista. 2006. Disponível em www.fsmm2006 Acesso em .dezembro de 2006.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

Nome: _____
Escolaridade _____
Estado civil: _____ Cor: _____
Numero de filhos: _____ Idade: _____
Local: _____ de
origem: _____ Sexo: _____

- 1) Você já trabalhou em outro serviço? (1) Sim (2) não
- 2) Há quanto tempo está no corte da cana? (1) Até 2 anos (2) de 2 a 5 anos (3) mais de 5 anos
- 3) Você gosta do que está fazendo? (1) Sim (2) não (3.)mais ou menos
- 4) Se não gosta, qual é a insatisfação? (1) Cansaço (2) trabalho no sol (3) é perigoso (4) salário ruim
- 5) O que é bom nesse trabalho? _____
- 6) Você é contratado: (1) por período de moagem (2) prestador de serviço
- 7) Quanto você ganha nesse trabalho? (1) um s/m. (2) dois s/m (3) três s/m (4) mais de quatro.
- 8) O que você acha da empresa em que trabalha: (1) Muito boa (2) boa (3) média (4) ruim
- 9) Quem da sua família também trabalha na cana? (1) Filho (2) mulher (3) pai (4) mãe (5) marido (6) outros (_____)
- 10) Se não, em que trabalha? (1) Comércio (2) Olaria (3) Construção civil (4) Outros (_____)
- 11) Quanto tempo falta para sua aposentadoria? (1) de 01 a 03 anos (2) 04 a 07 (3)

08 a 10 (4) mais de dez anos

12) Deseja mudar de trabalho, fazer outra coisa? (1) Sim (2) não (3) não sei

13) Qual outro trabalho poderia ter aqui na região? _____

14) E na sua família, alguém quer outro trabalho? (1) Sim (2) não (3) não sei

15) O que você gostaria de mudar alguma coisa na sua vida? (1) Sim (2) não. Se sim o que? _____

16) O que deseja para os seus filhos no futuro? _____

17) Novas empresas estão chegando à Baixada Campista, você conhece alguma?

(1) sim (2) Não. Se sim: Qual _____

18) Você procuraria trabalho em alguma delas? (1) Sim (2) Não. Por quê? _____

19) Em que você trabalha na entressafra? (1) Construção civil (2) olaria (3) comércio

(4) empregada (5) doméstica (6) Outros (_____)

20) Você já sofreu algum acidente de trabalho? (1) Sim (2) não

21) A empresa fornece equipamento de segurança? (1) Sim (2) não Qual? (1)

mangote (2) botas (3) perneira (4) chapéu (5) luvas (6) óculos

22) Você utiliza esse equipamento? (1) Sim (2) Não (3) às vezes

23) Por que não? (1) É quente (2) machuca (3) outros

(_____)

24) Alguém da família já sofreu algum acidente? (1) Sim (2) não

25) Sua família participa de algum programa social do governo? (1) Sim (2) Não

26) Qual? (1) Bolsa-escola (2) PETI (3) Bolsa-família (4) cheque-cidadão 5)

Outros _____

27) Seus filhos vão à escola? (1) Sim (2) não

- 28) Por que não? _____
- 29) Tem escolas na proximidade? (1) Sim (2) não
- 30) Qual o transporte que utiliza para ir trabalhar? (1) Nenhum (2) ônibus (3) bicicleta (4) van (5) outros (_____)
- 31) Avalie as condições de transporte no local: (1) ótimo (2) bom (3) médio (4) ruim
- 32) Nesse local tem posto médico? (1) Sim (2) não
- 33) O atendimento é: (1) Ótimo (2) bom (3) médio (4) ruim
- 34) Há quanto tempo mora nesse lugar? (1) 1 a 5 anos (2) 5 a 7 anos (3) 7 a 10 anos (4) Outros (_____)
- 35) Gosta de morar aqui? (1) Sim (2) não Por quê? _____
- 36) Quantas pessoas moram com você? (1) Até 02 (2) 3 a 4 (3) de 4 a 6 (4) Outros _____
- 37) Sua casa é: (1) Própria (1) Alugada (3) Cedida (4) Outros _____
- 38) Pretende continuar morando aqui? (1) Sim (2) não
- 40) O que você pediria à Prefeitura como melhoria local? (1) Água (2) esgoto (3) escola (4) trabalho (5) calçamento (6) transporte (7) Outros _____
- 41) O que falta na sua localidade? _____